



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MESQUITA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA
COLABORAÇÃO PARA AMPLIAR O DIÁLOGO ENTRE SURDOS E OUVINTES**

Mesquita
Agosto / 2022

ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA
COLABORAÇÃO PARA AMPLIAR O DIÁLOGO ENTRE SURDOS E OUVINTES**

Artigo elaborado para o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e apresentado como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Maria Coimbra Aguiar Maciel

Mesquita
Agosto / 2022

F224d

Faria, Albertina Campos Pinho.

Inclusão na educação profissional e tecnológica: uma
colaboração para ampliar o diálogo entre surdos e ouvintes. 2022

101p. il.

Artigo (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – do Programa de Pós- Graduação do
IFRJ / Campus Mesquita, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Alda Maria Coimbra Aguiar Maciel.

1. Inclusão. 2. Cultura Surda. 3. Língua Brasileira de Sinais.
4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Faria, Albertina Campos
Pinho. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

Art./ IFRJ/CMesqProfEPT/PG

ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA
COLABORAÇÃO PARA AMPLIAR O DIÁLOGO ENTRE SURDOS E OUVINTES**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 04 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ALDA MARIA COIMBRA AGUILAR MACIEL

Data: 24/11/2022 15:35:04-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Alda Maria Coimbra Aguilari Maciel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

Orientadora

Documento assinado digitalmente



OSILENE MARIA DE SA E SILVA DA CRUZ

Data: 21/11/2022 09:29:17-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

(Examinador externo) – INES

Documento assinado digitalmente



ANA CAROLINA RIGONI CARMO

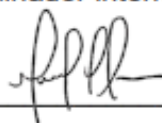
Data: 23/11/2022 10:57:30-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo

Colégio Pedro II – CP2

(Examinador interno) – CP2



Prof. Dr. Marcel Alvaro de Amorim

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

(Examinador externo) – UFRJ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA

CARTILHA DIGITAL “CULTURA SURDA: CURIOSIDADES”

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 04 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ALDA MARIA COIMBRA AGUILAR MACIEL

Data: 24/11/2022 15:34:07-0300

Verifique em <https://verificador.ifl.br>

Profa. Dra. Alda Maria Coimbra Aguilhar Maciel

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

Orientadora

Documento assinado digitalmente



OSILENE MARIA DE SA E SILVA DA CRUZ

Data: 21/11/2022 09:27:42-0300

Verifique em <https://verificador.ifl.br>

Profa. Dra. Osilene Maria de Sá e Silva da Cruz

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

(Examinador externo) – INES

Documento assinado digitalmente



ANA CAROLINA RIGONI CARMO

Data: 23/11/2022 10:47:07-0300

Verifique em <https://verificador.ifl.br>

Profa. Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo

Colégio Pedro II – CP2

(Examinador interno) – CP2

Prof. Dr. Marcel Alvaro de Amorim

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

(Examinador externo) – UFRJ

DEDICATÓRIA

À todas as mulheres que não tiveram a oportunidade de terminar seus estudos por falta de uma rede de apoio, durante a gestação e/ou puerpério. Mas que logo possam ter seus estudos concluídos, para realização de mais uma etapa da vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me permitiu chegar a esse momento, pois minha fé me leva a crer que sem Ele nada seria possível.

Ao meu esposo Max Oliveira, pela parceria e incentivo nos momentos difíceis.

Ao meu filho Benjamim Campos, um milagre que chegou no decorrer deste estudo.

À minha mãe, Ana Helena, que não teve a oportunidade de concluir o ensino fundamental, e ao meu pai, Edvaldo, por toda dedicação e determinação para minha formação acadêmica.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel, por todo incentivo em cada etapa desta pesquisa, disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos e liberdade de investigação sobre inclusão dos estudantes surdos.

Aos profissionais da banca, Professora Osilene Cruz, Professora Ana Carolina Rigoni e Professor Marcel Alvaro, que aceitaram avaliar esta pesquisa dando suas contribuições.

À turma 2019 do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), em especial, ao amigo William, pela generosidade, troca de experiência e suporte técnico.

Aos profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Mesquita.

"Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças."

MARIA MANTOAN

RESUMO

A inclusão de surdos no sistema educacional do Brasil vai além de uma discussão, pois é inevitável perpassar por questões práticas para que a educação inclusiva tenha resultados satisfatórios para todos os pares envolvidos. Este estudo apresenta a temática de educação inclusiva, com base na inclusão de surdos, no contexto educacional brasileiro e contribui para uma comunicação exitosa entre estudantes surdos e ouvintes por meio de um produto educacional “Cultura Surda: Curiosidades”, que é uma cartilha digital para alunos do curso técnico integrado ao Ensino Médio na Educação Profissional e Tecnológica que foi validada por especialistas. O foco desta pesquisa são os discentes ouvintes, no sentido de aproximá-los da cultura surda e, por extensão, provocar a desconstrução de preconceitos e paradigmas, o que poderia minimizar a exclusão no processo de inclusão. Trata-se de oferecer um contexto favorável que estimule uma formação ampla e participativa dos discentes e, assim, contribuir para a compreensão da singularidade de cada sujeito. Foi adotada uma abordagem qualitativa através de uma pesquisa bibliográfica e interventiva, o método segue subdividido em metodologia de investigação e metodologia de análise. Os resultados foram tratados pela metodologia de análise de conteúdo e apontam que as informações contidas na referida cartilha digital contribuem para a disseminação da cultura surda e a inclusão de surdos, em diferentes contextos e modalidades educacionais. Portanto, esta cartilha tem relevância tanto na formação dos sujeitos surdos quanto dos ouvintes, pois visa torná-los cidadãos mais partícipes e próximos da cultura um do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Cultura Surda; Língua Brasileira de Sinais; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The inclusion of deaf people in the educational system in Brazil goes beyond a discussion, being inevitable to go through practical issues so that Inclusive Education has satisfactory results for all the pairs involved. This research project presents the theme of Inclusive Education, based on the inclusion of deaf people, in the Brazilian educational context and contributes to a successful communication between deaf students and listeners through an educational product “Deaf Culture: Curiosities”, which is a digital booklet for students at the high school integrated technical and technological education that was validated by experts. The focus of this research is the hearing students, in order to bring them closer to deaf culture and, by extension, provoke the deconstruction of prejudices and paradigms, which could minimize exclusion in the inclusion process. It is about offering a favorable context that encourages a broad and participatory training of students and, thus, contributing to the understanding of the uniqueness of each subject. A qualitative approach was adopted through bibliographic and interventional research, the method follows subdivided into research methodology and analysis methodology. The results were dealt with the content analysis methodology and point out that the information contained in the digital booklet contributes to the spread of deaf culture and the inclusion of deaf, in different contexts and educational modalities. Therefore, this booklet has relevance in both the formation of deaf subjects and listeners, as it aims to make them more participant citizens and close to each other's culture.

KEYWORDS: Inclusion; Deaf Culture; Brazilian Sign Language; Professional and Technological Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Publicações relacionadas a EPT e estudantes surdos, nos anos 2020 e 2021.

Tabela 2: Quadro, questões, categorias.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Contribuição do conteúdo da Cartilha para o conhecimento da cultura surda e inclusão dos estudantes surdos

Quadro 2: Inclusão da Cartilha no planejamento das ações pedagógicas.

Quadro 3: Assuntos/temas referentes à Cartilha.

Quadro 4: Avaliação da Cartilha Digital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa conceitual.

Figura 2: Amostragem dos tópicos pertinentes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CD- Cartilha Digital

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras – Língua Brasileira de Sinais

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PE – Produto Educacional

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

TCLE - Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	23
2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: BASES LEGAIS.....	25
2.3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	29
<u>2.3.1</u> CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	29
<u>2.3.2</u> ASPECTOS LEGAIS: SÉCULO XXI.....	31
<u>2.3.2.1</u> MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE.....	33
2.4 CULTURA SURDA.....	34
<u>2.4.1</u> TERMINOLOGIA: DEFICIENTE AUDITIVO OU SURDO?.....	36
<u>2.4.2</u> HÁ UMA IDENTIDADE SURDA?.....	37
<u>2.4.3</u> LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	39
3 PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DIGITAL “Cultura Surda: Curiosidades”	40
4 PERCURSO METODOLÓGICO	42
4.1 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	42
4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE	44
<u>4.2.1</u> INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS.....	44
<u>4.2.2</u> INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS.....	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	63
APÊNDICE B - CARTILHA DIGITAL “CULTURA SURDA: CURIOSIDADES”	67
ANEXO 1 - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	94
ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	99

APRESENTAÇÃO

Concluí o Ensino Médio no curso de Formação de Professores, do Instituto de Educação Rangel Pestana. Sou graduada em Pedagogia e terminei o curso com muitas expectativas. Tive meu primeiro trabalho como professora numa escola privada, na classe de alfabetização, o que me fez perceber o quão diferente seria minha prática profissional da teoria estudada na graduação. Alfabetizar não foi tão fácil quanto eu pensava, não foi como idealizei durante o curso de Formação de Professores e de Pedagogia, pois a prática e a responsabilidade de lecionar foram diferentes da teoria.

Fiz especialização lato sensu pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Políticas Públicas e Projetos Socioculturais em Espaços Escolares, onde segui a linha de práticas educativas, com uma visão voltada para as escolas de educação integral, devido à experiência como coordenadora de aprendizagem. As investigações foram fundamentais, pois estava descobrindo a teoria de toda a prática que eu já estava vivenciando dentro da escola. Com isso, pude aprimorar minha atividade profissional e compartilhar bases teóricas, conhecimento empírico e prática pedagógica com outros docentes. Com intuito de obter outros conhecimentos na área pedagógica, concluí o Curso de Especialização em Supervisão Escolar.

Ao iniciar na carreira do magistério, no setor público, começava uma nova etapa em minha vida, com a aprovação no concurso. Atuei em sala de aula como professora durante três anos na mesma turma do primeiro ciclo de alfabetização; mais uma vez alfabetizadora, mas, dessa vez, foi uma experiência única e satisfatória. Desenvolvia as atividades com autonomia e, apesar das aflições de um alfabetizador, o objetivo era alcançado, além dos laços afetivos que se formaram durante o percurso.

Atuei como Coordenadora de Aprendizagem e Professora-Tutora no ensino à distância no Curso de Especialização em Educação Especial. Percorri outros cursos num período de cinco anos. Logo após, iniciei como Tutora Presencial do CEFET/RJ, no Curso de Especialização em Educação Tecnológica. Trabalhar na educação a distância viabilizou conhecimentos mais abrangentes sobre essa modalidade de ensino e proporcionou a ida a alguns polos no interior do Estado do Rio de Janeiro para incumbências relativas à tutoria.

Em circunstância oportuna, passei a atuar na Orientação Educacional, função que almejava desde a conclusão da graduação, com atribuições voltadas para a comunidade escolar, abordando questões disciplinares, evasão escolar, aprendizagem, relacionamento entre educadores, educandos e a família, inclusão e diversidade. Foram seis anos nessa função com muitos desafios e decepções encontrados ao longo do caminho, devido aos encaminhamentos que, em sua maioria, não eram solucionados devido ao pouco comprometimento de algumas famílias. Compreendi que meu entusiasmo por essa função se esvaiu, e logo, fui para a função de Orientadora Pedagógica, com trocas de experiências e oportunidade de ressignificar o papel do Pedagogo entre os professores, pois se trata mais de uma questão de diálogo entre os profissionais para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico eficiente.

Atuei como professora de Informática Educativa, professora da Sala de Leitura e professora da Sala de Recursos, com alunos com diferentes impedimentos, inclusive com discentes surdos, o que me fez repensar em minha formação e buscar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), buscando me profissionalizar na área pela necessidade de comunicação com os surdos. A todo momento, agi com interesse em novos conhecimentos para aprimorar minha prática pedagógica em benefício de toda comunidade escolar.

Minha perspectiva para prática acadêmico-profissional é intensificar os estudos sobre educação inclusiva com foco na minha prática educativa, sobretudo, no que se refere à escola, para melhor desempenho dos alunos e até mesmo, na contribuição da prática docente com utilização de recursos que possibilitem desenvolver um trabalho satisfatório.

Esta pesquisa surgiu a partir do anseio em solucionar questões concernentes ao processo de inclusão, em especial, dos alunos surdos no ambiente escolar, com foco nas políticas públicas voltadas especificamente para esse público, pensando sobretudo o processo de formação intelectual, cultural e tecnológica dos discentes. São essas questões que me induzem a um aprofundamento teórico.

Estruturamos esse estudo com: Introdução, Fundamentação Teórica, Produto Educacional (PE), Percorso Metodológico, Resultados e Discussões e Considerações Finais. A seguir, a introdução traz uma abordagem do tema da pesquisa, a partir do contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, com

justificativa de pesquisa, apresentação do problema de pesquisa e os objetivos propostos.

1 INTRODUÇÃO

O sistema público de ensino apresenta percalços, principalmente ao se tratar de uma educação inclusiva. As escolas apresentam dificuldades em atuar de acordo com as diferenças, pois olhar para o diferente é desconstruir o espaço escolar excludente e elitista em favor da pluralidade das diferentes culturas e da reformulação da escola, seja partindo de cada indivíduo, seja do coletivo (MANTOAN, 2015).

Uma formação não específica para atuação numa educação inclusiva é um desses percalços. Os cursos de licenciatura geralmente oferecem disciplinas curriculares que tratam da inclusão, porém não dão conta de uma prática educacional tão complexa, devido à diversidade existente no interior das instituições de ensino, ao considerar que cada indivíduo tem sua singularidade.

No caso desta pesquisa, toma-se como base a inclusão de alunos surdos no espaço escolar, com o intuito de colaborar para redução das barreiras comunicacionais, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência do ano de 2015, e a disseminação da cultura surda. Apoiamo-nos em 3 questões iniciais para discussão do tema: terminologia, educação bilíngue e a língua de sinais - um dos traços característicos dessa cultura, que se utiliza da experiência visual-motora, com diferença dos ouvintes que apresentam uma experiência oral-auditiva.

É importante que a sociedade não esteja disposta somente a se comunicar em língua de sinais, mas a compreender que há uma cultura surda diversificada e com diferentes identidades. Por isso, partimos da perspectiva da pessoa surda que se faz pertencente à cultura surda e utiliza a Libras como sua forma de comunicação.

Como pedagoga de formação acadêmica e em diferentes oportunidades, estive por diversas vezes perto de surdos seja de forma pessoal ou profissional. Entretanto, eu era incapaz de estabelecer uma comunicação por não ter conhecimento de sua cultura e da Língua Brasileira de Sinais o que me levou a refletir sobre minha prática educativa, que “consiste em uma atuação profissional baseada no pensamento prático, mas com capacidade reflexiva” (ZABALA, 1998, p. 15). Assim, busquei ser uma pessoa mais acessível, não somente com o uso da Libras, mas também ao buscar mais conhecimento sobre a cultura surda, minimizando os entraves da inclusão.

Atualmente, participo de estudos por meio de curso de extensão de Libras, no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), para construção de

conhecimentos sobre a cultura surda e fluência na Língua Brasileira de Sinais, de modo a expandir o vocabulário de sinais. O Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica estimulou uma investigação mais aprofundada nessa temática. Desde já, esta pesquisa busca novas descobertas, as quais podem favorecer, mesmo de forma mínima, o cenário inclusivo da educação brasileira.

A fim de demonstrar a relevância para esta pesquisa e com o intuito de confirmar estudos feitos sobre a inclusão de alunos surdos na EPT, dentro de um contexto pandêmico do novo coronavírus - SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, realizei uma investigação na base de dados da CAPES/MEC, no portal de periódicos e no OBSERVATÓRIO PROFEPT, tendo como marco inicial os anos de 2020 e 2021, período mais intenso da pandemia.

Fiz a busca com as palavras-chave: surdos na EPT; cultura surda na EPT; Língua Brasileira de Sinais e EPT; e relação de surdos e ouvintes na EPT, alternando combinações, sempre com o termo EPT ou Educação Profissional e Tecnológica, para identificar as pesquisas mais relevantes dentro desse contexto. Encontrei quatro publicações que fazem referência a essa modalidade, conforme a Tabela 1, por se tratar de produções que se relacionam especificamente com a EPT e estudantes surdos, a qual se refere este estudo.

Tabela 1: Publicações relacionadas a EPT e estudantes surdos, nos anos 2020 e 2021.

Palavra-chave	Título	Autor	Local
Inclusão na EPT	Dissertação: Inclusão na EPT: Conhecer mundos por trás do silêncio.	(SANTOS JUNIOR, 2020)	Observatório ProfEPT - IFS
Surdos na Educação Profissional e Tecnológica	Dissertação: Inclusão de Surdos na Educação Profissional e Tecnológica por meio de vídeo instrucional.	(SOUZA, 2021)	Observatório ProfEPT - IFSP
Surdos na Educação Profissional e Tecnológica	Dissertação: A relação entre docente e intérprete de Libras para a inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica.	(PEREIRA, 2020)	Observatório ProfEPT - IFSUL
Surdos na EPT	Artigo: A Importância da Aula Experimental no Processo de Ensino-Aprendizagem para Alunos Surdos: Um relato de experiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).	(RODRIGUES; SUAMMY; SARETTO, 2020)	CAPES

Fonte: Das autoras, 2022.

Certamente, havia trabalhos na base de dados desenvolvidos com o objetivo de propagar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, mas a ênfase, em sua maioria, sugere essa propagação em cursos de extensão. Neste caso, a fim de promover acessibilidade, o presente estudo diferencia-se por ser aplicado em um contexto de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O que oportuniza a concretude deste estudo é a relação estabelecida entre a inclusão de alunos surdos ao contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao propiciar um conhecimento da cultura dos surdos para maior acessibilidade. Não se trata aqui apenas do conhecimento de uma língua, mas também proporcionar o conhecimento sobre aspectos da cultura surda na qual a Libras está inserida. Dessa forma, a atual pesquisa almejou sensibilizar os alunos ouvintes no processo de inclusão dentro e fora da escola.

Com vistas a uma educação inclusiva para surdos, a disseminação de elementos que envolvem a cultura surda torna-se importante para, possivelmente, favorecer a comunicação e socialização entre surdos e ouvintes. As instituições devem oferecer propostas que rompam com alguns paradigmas tradicionalistas, pois, para que a escola seja inclusiva, as diferenças precisam ser reconhecidas, valorizadas e a educação precisa estar livre de preconceitos e ter foco na cidadania plena dos envolvidos (MANTOAN, 2015).

Conforme a legislação, os sistemas de ensino devem assegurar a inclusão do ensino de Libras nos níveis médio e superior, em cursos específicos (BRASIL, 2002). Apesar de estar disposto no Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/02, a Libras como disciplina curricular optativa na educação profissional (BRASIL, 2005), percebe-se uma lacuna nessa modalidade de ensino, pois a inserção dos surdos, assim como a Libras, dá-se em diversos setores da sociedade.

Neste caso, compreende-se que conhecer mais sobre a Libras, elemento linguístico que compõe a cultura surda, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica, facilitaria uma ação mais favorável para o processo de inclusão do aluno surdo. Nessa modalidade de ensino, a escola é um lugar de pertencimento a todos que nela estão, por isso, torna-se justificável a realização de uma pesquisa desta natureza.

Para Gil (2019), o motivo de se realizar uma investigação apresenta mais de um fator e um deles está ligado ao anseio de conhecer mais sobre determinado

assunto, e, a partir disso, agir sobre esse de forma mais aprimorada. Este estudo se aplica ao respeito pelo outro, na colaboração para o acolhimento do outro, ou seja, não se trata de um discurso assistencialista, mas de dar lugar de direito a todos.

Nesse sentido, esta pesquisa, embora não tenha a intenção de esgotar a discussão sobre a inclusão de estudantes surdos no ambiente educacional e a comunicação entre os surdos e ouvintes, busca contribuir nas relações, para que as possíveis barreiras comunicacionais entre surdos e ouvintes sejam atenuadas.

Portanto, o questionamento que é a base deste estudo é o seguinte: como favorecer a ampliação do diálogo entre alunos surdos e ouvintes, na tentativa de contribuir para um movimento de inclusão mais amplo, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica? Para responder a essa questão de pesquisa utilizamos uma abordagem do paradigma qualitativo, com pesquisas bibliográfica e interventiva, e aplicação de questionário para geração dos dados, que foram analisados por meio da análise de conteúdo.

Dessa forma, o objetivo geral é contribuir com a disseminação da cultura surda para possibilitar a redução da barreira comunicacional com os estudantes surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, no curso técnico integrado ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Duque de Caxias.

Para alcançar este objetivo, buscamos articular a proposta de inclusão dos surdos com o contexto da EPT para estreitamento do diálogo entre os discentes e investigar aspectos relevantes da cultura surda para aplicação dessas informações aos discentes. A partir disso, elaborou-se uma Cartilha Digital (CD) para proporcionar o conhecimento sobre a cultura surda, na qual a Língua Brasileira de Sinais está inserida. A escolha pelo IFRJ - Campus Duque de Caxias como campo de pesquisa foi devido à quantidade de alunos surdos matriculados na instituição.

A CD “Cultura Surda: Curiosidades” foi desenvolvida para os discentes do curso técnico integrado ao ensino médio, porém não seguiu uma aplicação imediata, devido à pandemia do novo coronavírus - SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19. Os resultados foram gerados por meio das profissionais do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), especialistas tradutoras e intérpretes do IFRJ - Campus Duque de Caxias.

A proposta inicial almejava que a pesquisa fosse realizada diretamente com os estudantes. A princípio desenvolveríamos uma roda de conversa para gerar as

informações que seriam inseridas na CD, porém o período de coleta de dados coincidiu com o momento pandêmico em que estávamos vivendo, impossibilitando o contato com os discentes. Tivemos de fazer uma alteração junto ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), para que em tempo hábil concluíssemos esse estudo. Com isso, tornou-se mais viável uma pesquisa diretamente com as especialistas, pois não tínhamos a dimensão em que tempo a pesquisa poderia ser feita com os estudantes presencialmente.

O estudo bibliográfico e visão empírica da pesquisadora contribuíram para o desenvolvimento do PE, no formato de Cartilha Digital, intitulado “Cultura Surda: Curiosidades”, com informações referentes a pessoa surda. A avaliação foi feita pelos profissionais do NAPNE, a partir do questionário on-line, com observações sobre o conteúdo e sugestões para aperfeiçoamento do produto educacional.

Dessa forma, podemos dizer que a proposição desta pesquisa visa dar uma contribuição ao IFRJ -Campus Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, mas pode se expandir para outros estabelecimentos de ensino, a fim de contribuir com o processo de inclusão dos surdos no sistema educacional brasileiro.

A fundamentação teórica trata sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; a Inclusão Escolar; a Educação de Surdos no Brasil, com contexto histórico e documentos legais que foram relevantes para referenciar essa seção; e a Cultura Surda, abordando sobre terminologia, identidade surda e a Libras.

Logo após, apresentamos o PE e o percurso metodológico com os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e a construção do PE, dando origem à análise de resultados que foram expostos na seção de resultados e discussões. E, então, as considerações finais com apontamentos dos objetivos iniciais e uma síntese do estudo.

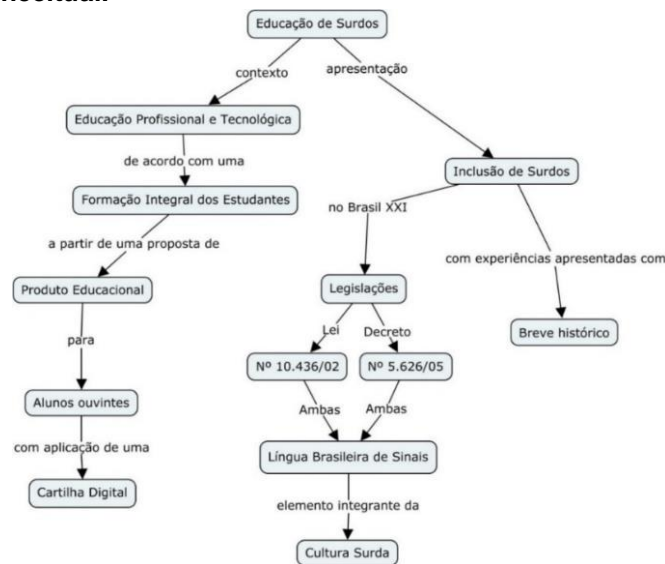
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar esta pesquisa, apontamos o contexto da Educação Profissional e Tecnológica, conforme diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com o conceito de formação humana integral, difundido no contexto da EPT por pensadores marxistas, de acordo com os autores Dante Henrique Moura (2013), Maria Ciavatta (2014) e Marise Ramos (2014).

Em seguida, apresentamos algumas bases legais que norteiam a inclusão escolar e, na sequência, um recorte com ênfase nos estudantes surdos, com contextualização histórica, aspectos pertinentes da educação desses discentes no sistema educacional brasileiro no século XXI.

Por último, debruçamo-nos nos autores que discutem sobre identidade surda e Libras, que são parte integrante da cultura surda, e que abordam a necessidade de um novo olhar para a utilização da Libras e a relação entre surdos e ouvintes, apoiando a inclusão de surdos no âmbito educacional.

Figura 1: Mapa conceitual.



Fonte: Das autoras, 2020.

A fundamentação teórica desta pesquisa segue representada, na figura 1, a partir de um mapa conceitual para direcionar o desenvolvimento dos conceitos deste estudo. É importante salientar que iniciamos com o conceito de educação de surdos por ser o recorte principal da pesquisa dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica que discorreremos na subseção a seguir.

2.1A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT é uma modalidade de ensino que se integra com outras modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos, e níveis educacionais da Educação Básica ao Ensino Superior. Os cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada, Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e Educação Profissional e Tecnológica de

graduação e pós-graduação, são oferecidos por essa modalidade educacional (BRASIL, 2008).

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ampliou-se a possibilidade de escolarização dos estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica, pois os institutos federais foram criados com base na EPT nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008), dialogando com o decreto nº 5.626, artigo 22, quanto à responsabilidade das instituições federais na inclusão de alunos surdos, seja por meio das escolas bilíngues ou das escolas comuns (BRASIL, 2005); nesse último caso, é necessária a presença de tradutores e intérpretes de Libras.

Para nortear as práticas educacionais na EPTNM, a Resolução CNE/CEB nº 6 estabelece no artigo 6º, incisos I, V, X, seus princípios. Primeiramente, apontamos o inciso I, que trata da “relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante” (BRASIL, 2012, p. 2). Destacamos a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que é embasada na formação humana integral, considerada uma concepção da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, a EPTNM apresenta a viabilidade da integração entre o ensino médio e a formação técnica, no sentido de promover ao estudante uma educação profissional técnica articulada ao ensino médio, com a possibilidade de uma formação mais ampla do educando, o que pode levá-lo a uma formação integral de “autonomia e emancipação humana” (MOURA, 2013, p. 707). A EPTNM tem como estrutura as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura (MOURA, 2013). A formação técnica não se restringe apenas a uma formação para o trabalho, mas a formar o aluno por inteiro, em todas as suas potencialidades.

Um outro princípio a ser destacado está no inciso V, que se refere a “indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem” (BRASIL, 2012, p. 2). Dessa forma, as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura atribuem uma formação intelectual, física e tecnológica indissociáveis, apontam para uma visão da totalidade social, fundamenta-se numa formação integrada, que, segundo Ciavatta (2014), além de articular o ensino médio à educação profissional, remete-se a uma formação que seja plena, possibilitando aos estudantes a compreensão do todo, ao contrário de uma formação fragmentada (MOURA, 2013; CIAVATTA, 2014).

Assim, compreendemos que uma formação integrada possibilita que o estudante tenha uma visão mais completa de mundo, por meio do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, para que possa entender além de seu contexto particular, e entender seu contexto social, cultural, econômico etc. A ideia é que o aluno tenha acesso à educação básica e profissional, não como uma justaposição das duas formações, mas como uma articulação entre elas, ou seja: uma integração.

Para Ciavatta (2014), “tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (CIAVATTA, 2014, p. 198). Por conseguinte, uma visão da totalidade permite que o educando se aproprie da sua realidade e tenha consciência que pode transformá-la, assim terá uma visão mais ampla, pois essa concepção da totalidade emancipa e liberta.

Por último, evidenciamos o inciso X, do artigo 6º, sobre o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades” (BRASIL, 2012, p.3). Esse inciso trata diretamente de uma perspectiva inclusiva. É nesse sentido que relacionamos as bases da Educação Profissional e Tecnológica com o processo de inclusão, especificamente, da pessoa surda.

2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: BASES LEGAIS

Nesta seção trataremos alguns aspectos legais sobre o processo de inclusão no sistema educacional brasileiro. Iniciamos com a Constituição Federal de 1988, no art.3º, inciso IV, que apresenta como um de seus objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, no art. 208, inciso III (BRASIL,1988). No decorrer das décadas, após a homologação da Constituição Federal de 1988, alguns marcos legais abriram portas para inclusão, principalmente ao se tratar do espaço educacional.

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (BRASIL, 1994). Esse texto foi

extraído da declaração de Salamanca, década de 1990, documento elaborado na Conferência Mundial de Educação Especial, que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Nessa conferência, as entidades participantes foram convocadas “a endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais” (BRASIL, 1994). Tornou-se um marco histórico para educação inclusiva.

Dois anos após a Declaração de Salamanca, entrou em vigor a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a educação especial como uma modalidade de ensino que deve atender discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Embora a lei trate, no art. 59, inciso I, que é dever dos sistemas de ensino assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades dos educandos, a LDBEN não diz tratar, exclusivamente, de uma educação inclusiva e estabelece um atendimento especializado quando “não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 1996).

Segundo Mantoan (2015):

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os seus tipos de atendimento escolar especiais: classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. [...] Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. (MANTOAN, 2015, p.28).

A partir do viés da autora (2015), “integrar” e “incluir” expressam situações divergentes dentro do âmbito educacional. A inclusão, por exemplo, torna-se um movimento reivindicatório da permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas salas de aula do ensino regular. Discussões trazidas por Lodi (2013) apontam a oposição entre integração e inclusão, na educação de surdos. Conforme a autora, não basta integrar, é preciso incluir de fato para que os alunos surdos sejam bem atendidos em

diferentes contextos. No entanto, ao referenciar o conceito de inclusão, a autora ressalta o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que reduz esta concepção ao ambiente escolar e o Decreto 5.626/2005, que destaca a inclusão em diferentes contextos sociais, sai da esfera de inclusão escolar para uma inclusão social.

O PNEEPEI foi criado com uma proposta inovadora, inicialmente, ao considerar pessoas com deficiência “àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008). Essa nova conceituação aparece fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída em 6 de julho de 2015. O PNEEPEI foi desenvolvido com o objetivo de:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado [...]. (BRASIL, 2008).

Com a criação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, a educação especial torna-se transversal, deixa de ser uma modalidade que substitui o ensino regular comum e passa a complementar/suplementar a formação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino. O atendimento ao estudante é realizado no contraturno e deve ter uma matrícula tanto na classe regular comum quanto no AEE; é fundamental o diálogo entre ambos os professores para descobrir as potencialidades do aluno, conforme Resolução 04/2010 do CNE-CEB (BRASIL, 2010).

O AEE fica legitimado com o decreto nº 7.611 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado “compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”, conforme o art. 2º, parágrafo 1º, com o dever de integrar a proposta pedagógica da escola (BRASIL, 2011) e entra no Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência entre 2014 – 2024, traçado como meta 4 a universalização do acesso à Educação Básica e o AEE, com preferência a

rede regular de ensino para garantia de um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2014).

Além disso, de acordo com PNEEPEI (2008), há outras formas de apoio às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns, a presença do monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar, além dessas atividades, atuará nas atividades escolares que houver necessidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, citado na Lei Brasileira de Inclusão como profissional de apoio escolar (BRASIL, 2008; 2015).

Segundo Bezerra (2020), a atuação do profissional de apoio à inclusão escolar, como se refere, cabe maior discussão, pois é um profissional que está no interior da escola sem atribuições bem definidas, o que confunde sua atuação com um professor de apoio dentro do espaço escolar. O autor problematiza essa questão ao afirmar que é

[..] um dos legados mais polêmicos dessa política a aparição e a atuação da figura do monitor ou cuidador [..]. Isso porque, em torno dessa figura, posteriormente designada por vários nomes, vão se projetando determinados (des)entendimentos, expectativas e funções ao longo dos últimos mais de dez anos de vigência da PNEEPEI, sem que haja uma regulamentação para o trabalho desse profissional, a ponto de, em muitas circunstâncias, ser confundido com um professor de apoio e até ser assim referido nos discursos escolares. (BEZERRA, 2020, p. 674).

Seguindo a trajetória de alguns marcos importantes para a inclusão no sistema educacional desde a Constituição Federal de 1988, destacamos, por último, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída em 2015, que visa à inclusão e direitos fundamentais em diferentes aspectos sociais.

Com efeito, ao se referir ao direito à educação, a legislação informa que a inclusão se dará em todos os níveis de ensino ao longo da vida. Ao assegurar uma educação qualitativa, o AEE deve ser inserido no projeto pedagógico da escola, para garantia de acesso ao currículo de forma igualitária com oferta de recursos acessíveis para eliminação das barreiras, para promoção da autonomia e permanência do estudante dentro do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2014).

Tais fundamentos revelam que o avanço dos marcos legais é inegável, porém aponta para a necessidade de mudança da escola para além de padrões

estabelecidos que são geradores de exclusão. A seguir, trataremos da educação de surdos no Brasil a partir do contexto histórico e apontamentos de aspectos legais do século XXI para inclusão de estudantes surdos no sistema educacional brasileiro.

2.3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

2.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao fazer um estudo da educação de surdos no Brasil, destacamos uma das mais notórias experiências que ocorreu na segunda metade do século XIX, a criação do Colégio Nacional para Surdos-Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos, com iniciativa de Ernest Huet, um surdo francês, que veio ao Brasil em 1855. Huet apresentou uma proposta de escola para surdos ao Imperador Dom Pedro II, que instituiu o projeto, e, em 1º de janeiro de 1856, o estabelecimento começou a funcionar de forma precária, mas somente em 1857 a proposta foi alçada à instituição regularizada pela legislação nacional, por meio da Lei nº 939 de 26 de setembro (ROCHA, 2018).

De acordo com Rocha (2018), nesse estabelecimento era oferecido curso com foco na educação agrícola, devido às questões socioeconômicas da época, com duração de seis anos. Os sinais eram utilizados para educação das crianças e adolescentes surdos e a instituição tem sido referência até os dias atuais para formação de pessoas surdas (ROCHA, 2018).

Em 1880, houve um marco que interferiu na educação de surdos em várias instituições do mundo e teve seus resquícios no Brasil: um congresso que aconteceu em Milão, de acordo com Sacks (2010), com diversos participantes, porém, na maioria, ouvintes. Nesse encontro, foi decidido pela utilização da filosofia oralista no ensino para surdos, o que causou um efeito danoso como a exclusão do uso da língua de sinais, não somente na área educacional, mas igualmente um efeito prejudicial na imagem dos surdos sobre si mesmos e de toda a comunidade e cultura surdas (SACKS, 2010).

A condição oralista foi imposta para que os surdos fossem inseridos no mundo dos ouvintes. Num ponto de vista social, seria mais coerente ao surdo se adequar à língua oral, para favorecer a maioria predominante e massacrar o grupo minoritário. Concordamos com Gesser (2009) ao afirmar que “oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos. É sinônimo de correção, de imposição de treinos

exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala” (GESSER, 2009, p. 50). Assim, a oralização de pessoas surdas reforça o poder hegemônico social ao considerar o oralismo como o mais eficaz para o ensino aos surdos.

Um dos propulsores dessa filosofia e bastante conhecido foi Alexander Graham Bell, para quem:

[...] a surdez era uma aberração para a humanidade, pois perpetuava características genéticas negativas. Nesse cenário, internatos de surdos, casamentos entre eles e qualquer tipo de contato eram proibidos, e tal proibição foi entendida como uma medida preventiva, capaz de “salvar” a raça humana. Dado seu prestígio de homem brilhante na sociedade da época, entende-se que Graham Bell contribuiu de maneira crucial para a negação e a opressão da língua de sinais. Por isso é rechaçado com mais veemência pela comunidade surda em todo o mundo, do mesmo modo como são rechaçados todos os que se inscrevem nessa filosofia. (GESSER, 2009, p.51).

Com isso, a língua de sinais não poderia mais ser utilizada entre os surdos, e os surdos mais velhos não poderiam ter contato com os surdos mais novos para que a língua de sinais não fosse propagada.

Por consequência, considerar a dimensão histórica da inclusão dos surdos nos leva a refletir sobre o processo alienador imposto por um grupo social dominante no passado, ao desconsiderar as especificidades dos sujeitos surdos, visto que esses deveriam se adequar a um modelo imposto de sociedade ideal, que, na verdade, não existe, pois todos nós somos seres diferenciados. Ao longo dos tempos, foram utilizadas outras filosofias de ensino, que, a princípio, poderiam facilitar a comunicação entre esses sujeitos. São estas as principais, além do oralismo: a comunicação total, e, atualmente, o bilinguismo.

De acordo com Lacerda (1998), a comunicação total foi impulsionada na década de 1970, apresentava uma proposta de junção entre a língua de sinais e sinais modificados da língua oral, um português sinalizado, além de outros aspectos. Com isso, o surdo escolhia a melhor forma de se comunicar. Ainda assim, havia a possibilidade do contato com a língua de sinais, o que, por outro lado, era negado pelo oralismo. Entretanto, a comunicação total também não apresentava eficácia na educação dos estudantes surdos.

Contraopondo-se a essas duas propostas de educação, surge em paralelo a comunicação total o bilinguismo, que ganhou força nos anos 80, ao defender o uso da língua de sinais como língua natural dos surdos e sem interferências de outros modelos; considera o sistema linguístico de natureza visual-motora. Na educação

bilíngue, a língua de sinais é a primeira língua do surdo, e a língua oral escrita torna-se a segunda língua (LACERDA, 1998).

Atualmente, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), o acesso à informação e à comunicação são direitos impressos na legislação que precisam ser cumpridos, consideramos a abordagem legal um marco histórico, mediante a tantas lutas da comunidade surda (BRASIL, 2015); assim, trataremos das bases legais da educação de surdos mais expressivas a partir do século XXI no Brasil.

2.3.2 ASPECTOS LEGAIS: SÉCULO XXI

As bases legais relevantes sobre educação dos surdos apontam para o uso e difusão da Libras e asseguram uma educação bilíngue; não serão garantia de inclusão, mas preconizam conquistas para as pessoas surdas no campo educacional.

Iniciamos com a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio de comunicação das comunidades surdas no Brasil, que afirma, em seu artigo 1º, parágrafo único:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como língua brasileira de sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, foi criado, aproximadamente, quatro anos após a instituição da Lei nº 10.436, para regulamentar a legislação de 2002 e o artigo 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, com algumas determinações para expansão do ensino de Libras, para torná-la disciplina curricular obrigatória, inclusive nos cursos de formação de professores. E, assim, deixar em evidência a importância da aprendizagem da Libras para os ouvintes, para que possam ter o contato com a língua de sinais e, possivelmente, desenvolverem empatia pela língua do outro, pela cultura surda e estabelecerem uma comunicação mais consistente.

Não há como negar que a lei e o decreto foram marcos importantes das tantas lutas realizadas no decorrer da história da comunidade surda no Brasil, pois os surdos tiveram garantido o direito de se comunicar por meio da língua de sinais e essa a ser disseminada nos diferentes níveis educacionais. No entanto, é necessário um

trabalho efetivo para que a legislação se cumpra em todos seus aspectos, a fim de que a inclusão ocorra em diversos espaços sociais.

O processo reivindicatório dos surdos, por direitos fundamentais que buscam a inclusão em diferentes espaços, apresenta-se legitimado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ao tratar da acessibilidade a comunicação, do auxílio de tecnologia assistiva, a fim de promover a autonomia e a liberdade à comunicação da pessoa surda, ao visar a qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Nas bases legais da educação de surdos, destacamos a Profissão do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, instituída pela Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010, que exerce um papel fundamental na realização da comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais. Os profissionais devem atuar na educação básica com formação mínima em nível médio e certificado de proficiência na Libras e no ensino superior, por meio de curso superior com habilitação em Tradução e Interpretação de Libras, para assegurar aos alunos surdos o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005; 2015).

Conforme o artigo 7º, inciso VI, no exercício de sua profissão, o intérprete deverá agir com “respeito à pessoa humana e à cultura do surdo [...] e pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda” (BRASIL, 2010). O tradutor e intérprete participa das atividades feitas na instituição de ensino para que os estudantes surdos tenham acesso ao conteúdo do currículo escolar e efetivas atuações de apoio à acessibilidade dentro da instituição, desde que esteja em conformidade com suas atribuições legais.

No intuito de manter as conquistas legais, cabe ressaltar que os surdos continuam em movimentos para intensificar a apropriação da própria língua, para garantir os direitos e acesso a Língua Brasileira de Sinais e nas reivindicações para presença de intérpretes em diferentes espaços da sociedade (QUADROS, 2017). O avanço da inclusão de pessoas surdas nos diferentes setores da sociedade brasileira é uma realidade, mas ainda há grandes desafios para tornar essa inclusão mais efetiva e, nesse aspecto, o sistema educacional tem um papel muito relevante, principalmente no oferecimento de uma educação bilíngue, como veremos a seguir.

2.3.2.1 MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Recentemente, a LDB 9.394/96 incluiu em sua redação a educação bilíngue como modalidade de educação para os surdos; a Libras oferecida em primeira língua e o português escrito como segunda língua, com início no zero ano da educação infantil, ao longo da vida, segundo a Lei nº 14.191 (BRASIL, 2021).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) assegura a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” em seu artigo 28, inciso IV (BRASIL, 2015). Na educação bilíngue, os direitos dos surdos vão além da comunicação em Libras, permitindo também que o aluno desenvolva-se plenamente na escrita da língua portuguesa como segunda língua.

A escola bilíngue para surdos no Brasil proporciona um ambiente linguístico aos alunos surdos, como um modelo de educação para eles. Além disso, a língua e a cultura dos surdos são valorizadas, reafirmando sua identidade, especificidades e a recuperação de memórias históricas (BRASIL, 2021). Desse modo, um ambiente no qual a língua de sinais seja a principal forma de comunicação se revela essencial para o desenvolvimento do aluno surdo.

Com a criação da modalidade de educação bilíngue, a educação dos surdos passa a ter visibilidade a partir de perspectivas linguísticas, culturais e de identidade, uma vez que desassocia a surdez da educação especial. De acordo com Gesser (2008):

O rótulo especial conota essencialmente o discurso do desvio da normalidade, porque acaba entrincheirando indivíduos surdos e todos os ditos deficientes em um mesmo bloco de localização [...] a maioria dos cursos universitários que preparam profissionais para atuar com a surdez têm insistentemente localizado tais indivíduos na narrativa da deficiência, promovendo concepções geralmente simplificadas, construídas a partir de traços negativos como, por exemplo, a falta de língua(gem). (GESSER, 2008, p. 230).

Cabe ressaltar que a surdez não é uma condição limitante do indivíduo e não é “resolvida” por meio da educação especial ou pelo atendimento educacional especializado. Ao colocar a surdez no mesmo espaço de outras especificidades, há uma negativa de sua cultura, uma língua e sua forma de expressão.

No decorrer dos anos, os surdos vêm lutando para garantir seus direitos educacionais mediante um projeto de educação bilíngue para os estudantes. A defesa

de escolas bilíngues é vista como a melhor proposta para educação de surdos, de acordo com Campello e Rezende (2014), que almejam uma qualidade educacional que esteja de acordo com uma educação linguística. Mas, conforme as autoras, é importante salientar que,

as escolas bilíngues de surdos não são segregadas, não são segregadoras e nem segregacionistas [...]. Pelo contrário, são espaços de construção do conhecimento para o cumprimento do papel social de tornar os alunos cidadãos verdadeiros, conhecedores e cumpridores dos seus deveres e defensores dos seus direitos, o que, em síntese, leva à verdadeira inclusão. (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 89).

Assim, a educação bilíngue é considerada um modelo de educação para os surdos, que promove um espaço de aprendizagem com os pares, no qual os alunos poderão desenvolver-se linguisticamente e compartilhar conhecimentos de sua cultura. Considerar a educação bilíngue é construir espaços para o funcionamento de classes bilíngues, com metodologias que atendam aos alunos, é permitir um ambiente inclusivo e cada vez menos especial e permitir que o estudante tenha acesso a sua cultura de maneira mais natural.

Em seguida, apresentaremos alguns aspectos que permeiam a cultura surda.

2.4 CULTURA SURDA

Diversos autores discursam sobre cultura. Segundo Laraia (2001), há uma complexidade sobre este conceito no campo teórico. O conceito de cultura não apresenta uma definição exata, pois compreender cultura é compreender a natureza humana, logo, é algo inesgotável, e isso faz com que a cultura seja dinâmica, estando em constante mudança. Entender esse dinamismo é fundamental para que haja uma compreensão das diferenças entre os povos de culturas diferentes (LARAIA, 2001).

Hall (2016), por sua vez, traz a ideia de que “em toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais de uma maneira de representá-lo ou interpretá-lo. [...] A cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento, bem como a conceitos e ideias” (HALL, 2016, p.20). Para esse autor, os significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem, pois será por meio dela a significação das coisas. Assim, a cultura se torna dinâmica e coletiva, não algo isolado.

Nesse sentido, as duas ideias apresentadas pelos autores se complementam ao apontarem que a cultura está em constante movimento. Ao nos referirmos à cultura surda, é necessário exaurir a compreensão de que o surdo pertença a uma categoria isolada, uma cultura única; dessa forma, minimizamos o que nos é culturalmente diferente, ou então, enquadramos o culturalmente diferente em um determinado padrão. De acordo com Gesser (2008),

assim, passa-se a idéia de que todo o surdo é igual, tem a mesma cultura e identidade surda [...] do qual se ignoram gênero, nacionalidade, idade, orientações étnicas, sexuais e religiosas como características que também compõem “as culturas” de um indivíduo.” (GESSER, 2008, p.232).

Dentro da cultura surda, há tantas outras culturas que se complementam e precisam ser apreciadas, pois não é só ser surdo, mas ser um surdo negro, surdo homossexual, surda mulher etc. Então, não basta colocar todos os surdos dentro de uma mesma categoria e esquecer todas as suas outras sociabilidades. A comunidade surda é muito mais diversificada do que aparenta ser, porém, é necessário reforçar que há uma cultura própria e diminuída socialmente. Reconhecer a cultura surda identifica o surdo como capaz de desenvolver-se socialmente, com reafirmação de seus direitos e lugar de expressão.

Partimos do pressuposto que, segundo Da Matta (1981), cultura é algo que está interiorizado e exteriorizado em cada indivíduo, não é algo simplesmente codificado. Desse modo, esse autor traz a reflexão de que cultura não é algo estável, “[...] embora cada cultura contenha um conjunto finito de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas, são infinitas” (DA MATTA, 1981). Com isso, não está ligada a padrões aparentemente fixos de comportamento.

Para Strobel (2008), “cultura é uma ferramenta de transformação, de percepção diferente, não mais de homogeneidade, mas de vida social constitutiva de jeitos de ser, de fazer, de compreender e de explicar” (STROBEL, 2008, p. 18). Os indivíduos não se enquadram num engessamento cultural. A ideia de cultura é pensar nas relações sociais e humanas e como esses grupos podem ser representados, levando-nos à reflexão de padrões engessados sobre a surdez que nos foram passados ou ouvimos falar e hoje temos que fazer essa desconstrução, dando lugar à apreciação das diferenças, respeitando a multiplicidade cultural; é sobre

percebermos as diferenças que temos uns dos outros, para resgate da nossa humanidade no outro e a do outro em nós.

Nas palavras de Ramos (2014), conforme vimos na seção sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, “uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social [...]” (RAMOS,2014, p. 90). Desse modo, a partir dessa compreensão, despertar um interesse pelos anseios do outro pode proporcionar a esse aluno um olhar mais humanizado e preocupado com questões sociais que vão além de seu grupo social, dando oportunidade aos ouvintes de perceberem e lutarem pelos grupos minoritários, sejam eles surdos ou de outros segmentos sociais.

Assim consideramos que difundir a concepção de cultura surda no espaço da EPT é intensificar o vínculo entre o contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da educação inclusiva que se faz presente dentro das instituições de ensino, considerando uma formação humana integral que engloba diferentes dimensões, entre elas a cultural.

A saber, a ideia não é trazer uma definição sobre cultura surda, mas apresentar os diversos elementos que podem representar essa cultura, a gama de variedades dessa comunidade, o que a identifica, sem os estereótipos, com foco na maneira de se expressarem que são múltiplas.

2.4.1 TERMINOLOGIA: DEFICIENTE AUDITIVO OU SURDO?

Visto que paradigmas instituídos socialmente em relação aos surdos trazem implicações na representatividade desses sujeitos e na maneira como a sociedade os vê, suscitamos uma reflexão semântica na utilização das nomenclaturas deficiente-auditivo e surdo, o que nos leva a repensar o quão importante é desmistificar certas terminologias para que a identidade cultural seja preservada (CASTRO JÚNIOR, 2015).

A princípio, é interessante destacar a distinção que os surdos estabelecem para fortalecer o respeito a sua cultura, ao defenderem a utilização do termo surdo ao invés de deficiente auditivo. O primeiro trata de demonstrar o respeito a uma diferença, que conforme Strobel (2008), entende-se como uma concepção socioantropológica,

que “concebe a surdez como uma diferença a ser respeitada e não uma deficiência a ser eliminada. O respeito à surdez significa considerar a pessoa surda como pertencente a uma comunidade minoritária com direito à língua e cultura própria” (2008, p. 36). Enquanto o segundo termo, deficiente auditivo, está associado a uma limitação, algo que precisa ser sanado, uma deficiência, atribuído a concepção clínico-patológica, que:

concebe a surdez como uma deficiência a ser curada através de recursos como: treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o Implante Coclear etc. Nesse sentido, o encaminhamento é o trabalho fonoaudiológico e a escola comum, com o objetivo de “integrar” a pessoa surda no mundo dos ouvintes através da “normatização” da fala. (STROBEL, 2008, p. 36).

De acordo com Gesser (2008), “infelizmente, os surdos têm sido narrados e definidos exclusivamente a partir da realidade física da falta de audição e, portanto, aos olhos da sociedade, majoritária ouvinte, têm sido vistos exclusivamente a partir desse fato” (GESSER, 2008, p. 230). Em concordância com a autora, esses apontamentos evidenciam uma mudança que precisa sair do campo da deficiência e ir para o campo da diferença para, possivelmente, proporcionar uma conscientização, que pode modificar as relações entre os indivíduos (GESSER, 2008).

Portanto, faz-se imprescindível colaborarmos com a desconstrução da imagem do sujeito surdo como um ser incapaz de exercer algo por sua condição física. Esse estereótipo do surdo como deficiente reforça o discurso patológico, abre precedentes para um olhar extremamente preconceituoso. Apresentar essas distinções são fundamentais para compreender a cultura, as particularidades dos sujeitos surdos, suas lutas diante da sociedade e sua identidade.

2.4.2 HÁ UMA IDENTIDADE SURDA?

No levantamento conceitual sobre identidade surda, Perlin (1998), refere-se a múltiplas identidades surdas, utiliza-se da fala dos sujeitos surdos para delinear o tema e identifica diferentes categorias. Apresentamos a seguir algumas das identidades surdas conforme denominação da autora: identidades surdas / identidade política surda, identidades surdas híbridas, identidades surdas de transição, identidades surdas flutuantes.

Começamos pelas identidades surdas / identidade política surda. São os considerados filhos surdos de pais surdos, admitem que são surdos, utilizam-se da língua de sinais como forma de expressão, com necessidade de intérpretes. Transmitem sua cultura e defendem a surdez como uma diferença. De acordo com Perlin (1998), “a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual” (PERLIN, 1998, p. 57) e se diferencia do ouvinte, que pertence a um mundo com experiência auditiva.

Nas identidades surdas híbridas, a pessoa nasce ouvinte e, no decorrer de sua vida, torna-se surda. Dependendo da idade em que ocorreu a surdez, conhece a estrutura do português falado, mas deixa de utilizar a língua oral e passa a utilizar, somente, a língua de sinais, e se conhece como pessoa com identidade política surda. Aqui, Perlin (1998) narra sua própria experiência. Gladis Perlin foi a primeira surda a obter o título de doutora no Brasil, em 2003. Sua surdez não é nativa e ocorreu por meio de uma meningite na infância. Sua vida surda se passou em grande parte entre os ouvintes, poucas vezes com os surdos. Perlin se reconhece como surda e tem como sua primeira língua a língua de sinais. Como ela afirma:

Isso não é tão fácil de ser entendido, surge a implicação entre ser surdo, depender de sinais, e o pensar em português, coisas bem diferentes que sempre estarão em choque. Assim, você sente que perdeu aquela parte de todos os ouvintes e você tem pelo meio a parte surda. Você não é um, você é duas metades. (PERLIN, 1998, p.64).

Identidades surdas de transição são os surdos com pais ouvintes. Viveram uma parte de suas vidas sem contato com a identidade surda e, quando a conhecem, saem do “cativeiro da hegemônica experiência ouvinte” (PERLIN, 1998, p.64), o que gera um conflito cultural.

E, por fim, identidades surdas flutuantes: os surdos não se identificam como surdos e apresentam resistência à cultura surda e à língua de sinais.

É importante a compreensão da diversidade das identidades surdas, pois apresentam heterogeneidade. Vale ressaltar que nenhuma dessas identidades têm privilégios umas sobre as outras. Há uma complexidade nas identidades surdas, pois elas são bem variadas.

Santana e Bergamo (2005) trazem dois apontamentos distintos para uma construção identitária do surdo. Os autores defendem a língua de sinais, destacando que “a aquisição de uma língua, e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que

se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567). A construção da identidade surda é muito mais diversificada do que parece e não está representada, apenas, pela ideia da utilização da língua de sinais, mas dentro de um contexto cultural mais amplo que é compartilhado com seus pares.

Em contrapartida, para outros autores, “a identidade está relacionada tanto aos discursos produzidos quanto à natureza das relações sociais” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567). A língua de sinais é fundamental para deflagar a comunicação, mas é preciso estar atento a outras particularidades dos sujeitos surdos. A identidade surda não fica evidente, apenas, na apropriação da língua de sinais, mas em outros fatores que revelam sua representatividade. A Libras é um elemento importante, contudo a identidade pode ser construída a partir da apropriação de outros elementos que demarcam a cultura surda.

Apontamos as contradições apresentados pelos autores: uma que se refere à defesa da língua de sinais como uma forma identitária e outra que considera que a identidade acontece nas relações sociais estabelecidas. Para reafirmar que nem todo surdo se utilizará da língua de sinais para se comunicar, nem todo surdo terá a Libras como sua primeira língua e tudo bem por isso, pois não podemos cair num senso comum ao dizer que todo surdo sabe Libras ou que deve aprender Libras para ter sua identidade surda exteriorizada. Estamos a todo tempo retratando as diferenças e essas escolhas precisam ser respeitadas.

2.4.3 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais, segundo Gesser (2008), é defendida por surdos que se reconhecem parte integrante das identidades surdas, com o senso de pertencimento à cultura surda e que se utilizam da língua de sinais para se comunicar; estes assumem um papel de resistência dentro da cultura ouvinte hegemônica. A luta da comunidade surda no reconhecimento e valorização da diversidade linguística e cultural confronta o discurso ideológico dominante do oralismo do ouvinte. Este confronto entre a oralização e Libras não deve oprimir nem um e nem outro, pois a identidade vai além da forma de comunicação, devido à diversidade de categorias que há na comunidade surda (GESSER, 2008).

Considera-se importante que os ouvintes aprendam a Língua Brasileira de Sinais para extinguir o preconceito com a língua, pois muitas pessoas ainda a enxergam como se fosse mímica ou uma língua inferior, como Gesser (2009) destaca em seu livro “Libras? Que língua é essa?”, em que aborda crenças e preconceitos sobre a língua de sinais. Por esse motivo, é fundamental a disseminação e a luta pelo aprendizado de Libras, para promoção da acessibilidade (GESSER, 2009).

Pensando nas práticas inclusivas, colaborar para a divulgação do uso da Libras é “apoiar, na comunidade escolar, o uso e difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio de oferta de cursos” (BRASIL, 2005, art. 14, § 1º, inciso V). O processo de inclusão de surdos perpassa também pela ciência que o professor precisa ter da especificidade da língua dos alunos surdos. De acordo com o decreto nº 5.626, é importante que as instituições de ensino proporcionem aos docentes acesso à literatura especializada para que tenham ciência e informações sobre a particularidade linguística dos estudantes surdos.

Portanto, este estudo visa a difundir o conhecimento básico da cultura surda. A Língua Brasileira de Sinais, que é um dos elementos de representação cultural que possui características específicas por meio de experiências visuais e com estrutura gramatical própria, proveniente de comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2005). Ainda como aponta o Decreto 5.626/2005, é preciso promover a acessibilidade à comunicação das pessoas surdas nas instituições federais, tanto nas atividades pedagógicas quanto nos conteúdos curriculares. Pensar nessa garantia é reforçar a disseminação da cultura.

As autoras Quadros e Karnopp (2007) reforçam a afirmativa da língua de sinais “como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem” (QUADROS; KARNOPP, 2007, p. 30). Portanto, é uma língua natural com características específicas e diferentes de outros sistemas de comunicação.

3 PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA DIGITAL “Cultura Surda: Curiosidades”

O PE elaborado foi uma Cartilha Digital, com o título “Cultura Surda: Curiosidades”. O emprego do vocábulo "Curiosidades" pretende significar informações novas que trazem dados que, por vezes, são desconhecidos do público em geral. A CD tem o objetivo de contribuir com a disseminação da cultura surda para os discentes ouvintes.

Assim, pretende-se possibilitar a ampliação da comunicação entre os estudantes surdos e os ouvintes, favorecendo a inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. A avaliação das especialistas tradutoras e intérpretes do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas foi essencial para os ajustes necessários do material.

As etapas para elaboração do produto se deram da seguinte forma: 1- Separação do material para leitura; 2- Desenvolvimento do conteúdo; 3- Design da Cartilha; 4- Elaboração da Cartilha Digital; 5- Apresentação da pesquisa, convite aos participantes e envio da Cartilha Digital por e-mail; 6- Aceitação do Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa; 7- Preenchimento da parte um do questionário pelos participantes; 8- Análise da Cartilha Digital pelos participantes; 9- Preenchimento da parte dois do questionário; 10- Avaliação do produto educacional pelos participantes, por meio do Google Forms.

O PE foi elaborado para compartilhar informações sobre a cultura surda de forma criativa e autônoma. A Cartilha Digital “Cultura surda: Curiosidades” possui 53 (cinquenta e três) páginas e está organizada com os seguintes tópicos: Conversa sobre cultura surda; Curiosidades históricas; Artes no silêncio; Artefatos tecnológicos; O que é a língua de sinais; Documentos legais importantes; Dicas básicas; Datas importantes; Outras curiosidades.

O conteúdo está exposto de forma textual, ilustrativa, com links para vídeos, QR code, textos para pesquisa e informativos para apresentar aos estudantes as potencialidades da cultura surda, levando a reflexão do leitor sobre a inclusão dos estudantes surdos dentro do espaço educacional. O leitor fará a leitura com a participação de dois personagens Nati e Xam, que são os ouvintes curiosos e que descobrirão junto aos leitores algumas informações que fazem parte da cultura surda.

O design da CD “Cultura Surda: Curiosidades” foi desenvolvido no aplicativo Canva Pro, nos formatos: apresentação, com a opção de tornar a apresentação fluida ou pausar de acordo com o interesse do leitor (link no apêndice B); e PDF, que podem

ser visualizados na maioria dos sistemas operacionais, disponível no apêndice B. Em ambos os formatos, os links são clicáveis, dinamizando a leitura.

Na seção a seguir, apresentaremos a metodologia de investigação da pesquisa e a metodologia de análise utilizada para gerar os dados que permearam os ajustes da Cartilha Digital.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Nesta pesquisa, utilizamos uma abordagem do paradigma qualitativo, ao considerar fatores intrínsecos que compõem o objeto de estudo para compreender a demanda dos pesquisados, mediante enfoque educacional. Para Minayo, a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21).

No paradigma qualitativo, não é exigida a quantificação da pesquisa, pois os dados são gerados a partir do discurso dos participantes, com possíveis práticas interpretativas de pontos específicos, pois, conforme Godoy (1995), o estudo qualitativo permite que “a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21), além de considerar o contato do pesquisador com o contexto e o ambiente, atentando-se ao processo e não somente com o resultado.

Assim, realizamos uma pesquisa interventiva, que se enquadra como “modalidades de investigação úteis para gerar conhecimentos, práticas alternativas / inovadoras e processos colaborativos” (TEIXEIRA e MEGID NETO, 2017, p.1056) que busca propor soluções a fim de intervir na realidade e gerar resposta a essa intervenção. Nesse cenário, pretendeu-se estabelecer aspectos cooperativos para mudanças reais no ambiente no qual se realiza a pesquisa, uma vez que essa modalidade de investigação busca estar presente no ambiente escolar, por meio da

aplicação de uma CD. Tal instrumento virtual visa colaborar com o trabalho pedagógico realizado na instituição de ensino.

Assim, a investigação, além do estudo bibliográfico para embasamento da pesquisa, foi estruturada com a utilização de alguns documentos, pois Godoy (1995) acredita que “a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas” (GODOY, 1995, p. 21). A autora considera uma abordagem do paradigma qualitativo, que permite ao pesquisador explorar as diversas fontes de informação ao utilizar a pesquisa documental por meio de uma coleta de dados profunda.

Este estudo foi proposto para ser realizado no IFRJ, Campus Duque de Caxias. Torna-se, portanto, considerável uma apresentação sobre essa instituição. O campus está localizado na Baixada Fluminense, no bairro Vila Sarapuí, município Duque de Caxias. Criado em 2006, conhecido como antigo Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, com o curso de Química que pertencia ao CEFET de Nilópolis na época, passou a chamar, em 2008, Instituto Federal, com a instituição da Lei 11.892, com a criação dos Institutos Federais, compondo o IFRJ, que hoje é constituído por 15 campi, inclusive a Reitoria (IFRJ, 2020).

Atualmente, o campus Duque de Caxias atende aos estudantes matriculados, nos seguintes cursos: cursos de extensão; curso técnico integrado ao ensino médio, para alunos que iniciarão o ensino médio e técnico juntos; cursos concomitantes e subsequentes ao ensino médio, voltados para discentes que cursam o ensino médio em outra instituição, a partir do 2º ano, ou para estudantes que concluíram o ensino médio; e cursos de graduação e pós-graduação.

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio, concomitantes e subsequentes, abrangem os cursos de: Técnico em Química, Técnico em Petróleo e Gás, Técnico em Plásticos, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, integrado com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A graduação abrange o curso Licenciatura em Química, e, na Pós-graduação, o curso Educação Física Escolar em nível lato sensu (IFRJ, 2020).

Com base no estudo bibliográfico e pesquisa documental, desenvolvemos a Cartilha Digital, intitulada “Cultura Surda: Curiosidades”, como possível resposta ao problema investigado. Este PE tem como público-alvo os estudantes do curso técnico integrado ao Ensino Médio, residentes, em sua maioria, no município de Duque de Caxias, com faixa etária dos 15 aos 17 anos.

4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE

4.2.1 INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS

Os resultados foram gerados por meio dos profissionais do NAPNE. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas foi regulamentado em 2014 no IFRJ e atende pessoas com deficiência, pessoas com dificuldades de comunicação e pessoas com altas habilidades/superdotação. A equipe é constituída por, no mínimo, três servidores, preferencialmente, com formação específica e interesse na educação inclusiva para acompanhar os alunos com impedimentos, definindo ações que promovam a inclusão. Ao NAPNE compete (IFRJ, 2014) “apoiar a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão dos alunos”, promovendo atividades que levem a reflexão sobre a diversidade humana e inclusão, por meio de elaboração de projetos que potencializem as habilidades dos estudantes, oportunizando espaços de discussão sobre a prática docente na perspectiva de educação inclusiva. (IFRJ, 2014).

Um grupo com seis profissionais do NAPNE – Campus de Caxias, recebeu um formulário do Google Forms com o TCLE, conforme anexo 2, o produto educacional completo Cartilha Digital “Cultura Surda: Curiosidades”, no formato apresentação e PDF, desenvolvido no aplicativo de design gráfico Canva Pro, para avaliação, com a apresentação de seus objetivos, conteúdos e um questionário para geração de dados. Duas tradutoras intérpretes, especialistas do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas responderam à pesquisa. As profissionais aceitaram o TCLE, analisaram o produto educacional desenvolvido, responderam ao questionário de avaliação quanto à aplicabilidade e pertinência do produto.

Para aplicabilidade do PE no mestrado profissional, Rizzatti et. al. (2020) propõem alguns conceitos em seu artigo “Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores”, conforme a seguir:

APLICABILIDADE – relaciona-se à facilidade de acesso e propriedade de aplicação do PE, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas. A propriedade de aplicação refere-se ao processo e/ou artefato (real ou virtual) e divide-se em três níveis: 1) aplicável (quando o PE tem potencial de utilização direta, mas não foi aplicado); 2) aplicado (quando o PE foi aplicado uma vez, podendo ser na forma de um piloto/protótipo); 3) replicável (o PE está acessível e sua descrição permite a utilização por terceiros considerando a possibilidade de mudança de contexto de aplicação). Compreende-se, portanto, que para o curso de MP, o PE deve

ser aplicável e é recomendado que seja aplicado. (RIZZATTI; et al, 2020, p.10).

Convocamos os participantes da pesquisa por meio da técnica metodológica snowball, em que o pesquisador seleciona os primeiros participantes da pesquisa e estes selecionam outros participantes, de acordo com sua rede de relacionamento e conhecimento. De acordo com Sanchez e Nappo (apud BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 335), na técnica snowball,

a escolha de sujeitos [...], a partir dos informantes chave, permite que os pesquisadores se aproximem da população investigada além de fornecer subsídios para a elaboração dos instrumentos de pesquisa que futuramente possam ser incorporados à investigação, como questionários, por exemplo. (SANCHEZ; NAPPO, 2002, apud BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 335).

Para gerar os dados da pesquisa, aplicamos um questionário elaborado com doze questões no total, na qual cinco perguntas foram relativas ao perfil dos(as) participantes – parte 1 e sete perguntas para avaliação da CD “Cultura Surda: Curiosidades” – parte 2, conforme o Apêndice A, com questionário semiestruturado, enviado por meio do formulário on-line do Google Forms. O questionário respondido foi utilizado para auxiliar no levantamento de informações sobre a pertinência do estudo e a busca de possíveis resultados que contribuiriam com os objetivos dessa pesquisa e versão final do produto.

Após avaliação do produto educacional realizada por profissionais do NAPNE e dos ajustes da CD “Cultura Surda: Curiosidades”, o PE se encontra disponível para a comunidade escolar do IFRJ, Campus Duque de Caxias, para que a aplicação seja realizada com os alunos ouvintes e surdos em breve, ainda no ano de 2022, visto que não foi aplicada aos estudantes devido a pandemia. A CD se trata de um produto com proposta passível de continuidade e adaptação.

4.2.2 INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Para analisar os dados gerados a partir do questionário, utilizamos a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2016), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 37). É um método utilizado para examinar informações obtidas por meio de dados qualitativos, com abordagem nas experiências, além de investigar o conhecimento desses sobre o tema proposto para análise.

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo baseia-se em três etapas que devem ser seguidas cronologicamente: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir dessas fases, o resultado deverá ser encontrado de acordo com o objetivo proposto na pesquisa (BARDIN, 2016).

A primeira etapa, a pré-análise, consiste no recolhimento do conteúdo e tem, por finalidade, conforme Bardin (2016), a organização, que se baseia na realização da leitura flutuante para conhecer a resposta original do participante investigado. Passamos pela escolha dos documentos, formulamos as hipóteses e os objetivos, preparamos o material, para que, então, iniciássemos a análise precisamente. A pré-análise constitui o corpus da pesquisa. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2016, p. 126). Essa é a fase de preparação do material, preparação das informações que serão utilizadas na pesquisa.

Para Bardin (2016), a constituição do corpus implica em algumas regras. A regra da exaustividade, ao se tratar de um questionário, precisa de todos os elementos desse corpus. Regra da representatividade, a análise pode realizar uma amostragem caso seja necessário. Regra da homogeneidade, os documentos devem ser iguais para todos os investigados. Regra de pertinência, os documentos devem estar de acordo com os objetivos sugeridos na análise (BARDIN, 2016).

Na segunda etapa, Bardin (2016) ressalta que “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131). A exploração do material é a sistematização da tomada de decisões. Essa é a fase mais cansativa e demorada. É nesse momento que surgem as categorias.

A terceira etapa que Bardin (2016) aborda é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Essa fase é consequência direta da segunda etapa. Nesse momento, as categorias criadas na etapa anterior são revistas; é verificado se essas são realmente expressivas.

Conforme Bardin (2016), há seis técnicas diferentes para se fazer análise de conteúdo. Para este estudo, baseamo-nos na análise categorial que “é rápida e eficaz na condição de se aplicar os discursos diretos” (BARDIN, 2016, p. 201). Assim, permite um teor longe de livre interpretação da pesquisadora, pois na categorização

verificamos os elementos em comum que estão expostos para análise, o que possibilitou que as respostas dos pesquisados fossem desmembradas em categorias.

Registramos que a CD “Cultura Surda: Curiosidades”, produto educacional desta pesquisa, iniciou os procedimentos de geração de dados, após a aprovação do Parecer (anexo 1) pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número 4.865.776.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo da análise foi, portanto, verificar a pertinência do conteúdo da Cartilha Digital e, conseqüentemente, sua aplicabilidade. Os dados foram gerados a partir das respostas de duas participantes profissionais do NAPNE que serão denominadas P1 (participante 1) e P2 (participante 2). Realizamos a análise de conteúdo, que possibilitou a preparação dos dados, por meio de levantamento de vocábulos, frases e trechos das respostas transcritas das participantes. Consideramos as unidades de registro que levou ao surgimento de categorias do todo analisado, como apresentaremos no decorrer desta seção.

As duas profissionais têm pós-graduação lato sensu, são tradutoras e intérpretes de Libras, sendo que uma delas é coordenadora do NAPNE e as duas atuam no curso técnico integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e uma delas na graduação. Ambas estão há 6 anos no Instituto Federal.

Questionamos sobre às práticas inclusivas para os estudantes surdos e as participantes informaram que acontecem: acompanhamento educacional com o discente por meio da orientação pedagógica; formação continuada; atendimento do setor de psicologia, quando necessário; suporte do tradutor e intérprete de Libras nas aulas e eventos; uso de legendas e recursos visuais; e a oferta de materiais em Libras e Língua Portuguesa no ensino remoto.

Entretanto, no que se refere à comunicação entre os estudantes surdos e ouvintes, apenas a P1 apontou a Libras e ambas responderam a leitura labial como via de comunicação. Verificamos, então, um entrave na comunicação expressiva em Libras entre os estudantes surdos e ouvintes dentro da instituição.

A seguir, apresentaremos as categorias de análise que surgiram com a avaliação das participantes sobre a CD.

Em síntese, apresentamos, na Tabela 2, os quadros com as temáticas analisadas pelas participantes com o número das questões e as categorias de análise correspondentes que surgiram das respostas das participantes.

Tabela 2: Quadro, questões, categorias.

Quadro	Questões	Categorias
Quadro 1: Contribuição do conteúdo da Cartilha para o conhecimento da cultura surda e inclusão dos estudantes surdos.	1 e 4	Categoria 1: Diminuição da barreira comunicacional e de atitudes preconceituosas.
Quadro 2: Inclusão da Cartilha no planejamento das ações pedagógicas.	2	Categoria 2: Aplicabilidade do material Cartilha Digital – “Cultura Surda: Curiosidades”.
Quadro 3: Assuntos/temas referentes à Cartilha.	5 e 6	Categoria 3: Tópicos pertinentes para Cartilha Digital – “Cultura Surda: Curiosidades”.
Quadro 4: Avaliação da Cartilha Digital.	3 e 7	Categoria 4: Design, conteúdo e acessibilidade da Cartilha Digital “Cultura surda: Curiosidades”.

Fonte: Das autoras, 2022.

Apontamos as quatro categorias, abaixo:

Quadro 1: Contribuição do conteúdo da Cartilha para o conhecimento da cultura surda e inclusão dos estudantes surdos.

Questão	Resposta	
	P1	P2
De que maneira o conteúdo apresentado na cartilha "Cultura Surda: Curiosidades" pode contribuir para o conhecimento sobre a cultura surda?	“Detalhar aspectos sobre a cultura surda como língua, visualidade, teatro, dança, identidade são basilares para compreender os alunos surdos.”	“Por fornecer informações importantes relacionadas ao contexto do Surdo e apresentar materiais extras para pesquisa.”
Como as informações referentes à cultura surda disponibilizadas na cartilha podem contribuir para o processo de inclusão dos estudantes surdos?	“O material sobre a Libras, as expressões culturais e outros assuntos correlacionados aos alunos surdos será de grande potência para minimizar atitudes preconceituosas e/ou o capacitismo.”	“Por auxiliar no conhecimento das pessoas sobre os surdos e por dar dicas referentes ao contato e comunicação, bem como indicar links externos e dicionários para conhecimento da Libras, estimulando o aprendizado dos interessados nessa língua, o que pode ajudar a diminuir a barreira comunicacional.”

Fonte: Das autoras, 2022.

Categoria 1: Diminuição da barreira comunicacional e de atitudes preconceituosas.

Os dados do quadro 1 apontam que as participantes compreendem o conteúdo da Cartilha como fundamental para minimizar os entraves comunicacionais entre os estudantes surdos e os ouvintes por meio das informações referentes ao contexto dos surdos, como língua, visualidade, teatro, dança, identidade, além de estimular o aprendizado da Libras e auxiliar em pesquisas futuras.

Tomando essas informações como base, consideramos que a Cartilha Digital “Cultura Surda: Curiosidades” poderá alcançar o objetivo desta pesquisa, contribuindo com a disseminação da cultura surda para os discentes ouvintes, possibilitando a redução da barreira comunicacional com os estudantes surdos, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, no curso técnico integrado ao ensino médio, no Campus Duque de Caxias do IFRJ.

Quadro 2: Inclusão da Cartilha no planejamento das ações pedagógicas.

Questão	Resposta	
	P1	P2
Quanto à aplicabilidade, a cartilha tem potencial para ser incluída no planejamento das ações pedagógicas do IFRJ?	Sim	Sim
Comentário	“Considerando que a instituição não implementou uma política de inclusão e poucas iniciativas de formação docente/discente no IFRJ ocorrem com frequência, podemos utilizar esse material como suporte inicial para expandir informações sobre a cultura surda.”	“A cartilha pode contribuir para a informação, conscientização e sensibilização das pessoas com relação ao sujeito Surdo, bem como facilitar a compreensão das comunidades acadêmicas sobre as especificidades dos mesmos, o que favorecerá a um processo formativo melhor para esses estudantes.”

Fonte: Das autoras, 2022.

Categoria 2: Aplicabilidade do material Cartilha Digital “Cultura Surda: Curiosidades”.

No quadro 2, a P1 aponta que na instituição de ensino em que atua não há uma política de inclusão; e existem poucas iniciativas de formação para os docentes e discentes. Assim, o material poderá ser utilizado como suporte para expansão das informações sobre a cultura surda.

Para a P2, a Cartilha pode facilitar que a comunidade acadêmica compreenda as especificidades dos estudantes surdos, favorecendo o processo formativo dos

discentes. Além disso, indica que a Cartilha pode: informar, conscientizar e sensibilizar.

Entendemos, por meio das informações apresentadas no quadro 2, que as participantes compreendem que a CD “Cultura surda: Curiosidades” tem potencial para ser inserida nas ações pedagógicas da instituição ao responderem positivamente o questionamento. Desse modo, confirmamos a necessidade de um material que contemplasse a cultura surda dentro da instituição escolar, como suporte para às práticas inclusivas.

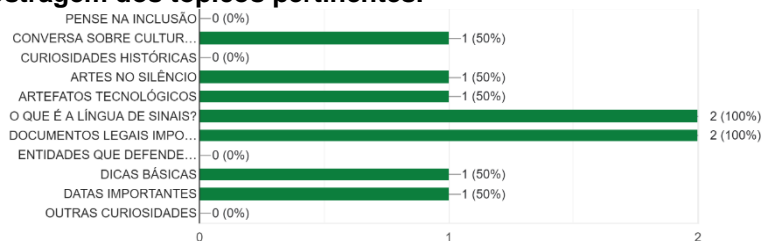
Quadro 3: Assuntos/temas referentes à Cartilha.

Questão	Respostas sinalizadas	
	P1	P2
Quais tópicos foram <u>mais pertinentes</u> na cartilha “Cultura Surda: Curiosidades”?	CONVERSA SOBRE CULTURA SURDA; ARTES NO SILÊNCIO; O QUE É A LÍNGUA DE SINAIS?; DOCUMENTOS LEGAIS IMPORTANTES; DATAS IMPORTANTES.	ARTEFATOS TECNOLÓGICOS; O QUE É A LÍNGUA DE SINAIS?; DOCUMENTOS LEGAIS IMPORTANTES; DICAS BÁSICAS.
Você acrescentaria algum outro tema/assunto à cartilha?	Cultura surda na escola.	Não.

Fonte: Das autoras. 2022.

As respostas do quadro 3, estão representadas na figura 2, a seguir:

Figura 2: Amostragem dos tópicos pertinentes.



Fonte: Google Forms, 2022.

Categoria 3: Tópicos pertinentes para Cartilha Digital – “Cultura Surda: Curiosidades”.

Inserimos o gráfico para identificar as respostas que não foram marcadas pelas participantes, levando-nos a reflexão sobre a permanência do tema/assunto na Cartilha Digital.

Os tópicos: Pense na inclusão; Curiosidades históricas; Entidades que defendem os direitos dos surdos; Outras curiosidades não apareceram nas respostas das participantes.

Consideramos rever as informações e deixar o tópico “Curiosidades históricas” na Cartilha, por tratar de acontecimentos históricos da cultura surda; fornece links para uma pesquisa mais aprofundada e conceitual sobre o tema aos leitores que tiverem interesse, servindo como fonte de investigação. E, igualmente, o tópico “Outras curiosidades”, com exclusão de um subtópico.

Os demais tópicos apareceram pelo menos uma vez na resposta das participantes, por isso mantivemos a temática na Cartilha. Os temas “O que é a língua de sinais?” e “Documentos legais importantes” apareceram nas respostas de ambas as participantes. Apontando a pertinência da divulgação da língua de sinais e a importância dos embasamentos legais que permeiam a comunidade surda.

Uma das participantes indicou o acréscimo do tema/assunto, “Cultura surda na escola”, na CD. Consideramos que a implementação dessa CD, na instituição de ensino, poderá contribuir para a discussão da temática de forma mais aprofundada.

Quadro 4: Avaliação da Cartilha Digital.

O design e o conteúdo da cartilha “Cultura Surda: Curiosidades” parecem interessantes para os estudantes do Instituto Federal?	
P1	“Sim. Penso ser válido todas as formas de comunicação e compartilhamento do conhecimento.”
P2	“Sim. As cores e as ferramentas de interação chamam atenção.”
Comentários e/ou sugestões livres dos(as) participantes.	
P1	“O material “Cultura surda” está com conteúdo de outras temáticas como legislação, inclusão educacional de alunos surdos, app de comunicação (que muitos surdos criticam a usabilidade), informações históricas [...]. Lembre-se que a Cultura Surda coloca os surdos como sujeitos, com “voz”, habilidades e potencialidades, seu material apresenta traços de ouvintização como “o comercial da criança ouvinte que aprende a se comunicar”, a criança “Ativa” é a ouvinte e “Cão ouvinte”. Como a cartilha é sobre Cultura Surda sugiro adicionar os atores Surdos que ganharam o Oscar, alunos surdos nas universidades, profissionais surdos doutores etc. Sugiro utilizar referências de autores surdos e apresentar a cartilha para professores surdos.
P2	“Embora o público-alvo sejam os discentes ouvintes, deixo como sugestão a criação da versão em Libras da cartilha para que os próprios surdos, usuários de Libras, possam compreender e ajudar na disseminação do conteúdo.”

Fonte: Das autoras, 2022.

Categoria 4: Design, conteúdo e acessibilidade da Cartilha Digital “Cultura Surda: Curiosidades”.

A fim de aperfeiçoar a Cartilha, solicitamos as participantes que deixassem seus comentários e sugestões. No quadro 4, consideramos trecho das repostas das participantes, relativas ao design, conteúdo e acessibilidade da Cartilha. Sobre o design da CD, a P2 apontou que as cores e os meios de interação do conteúdo chamam a atenção.

No conteúdo, a P1 aponta a legislação como um conteúdo de outra temática, embora, no quadro 3, tenha apontado o tópico “Documentos legais importantes”, como um dos assuntos mais pertinentes. Preservamos essa opção na CD para informar aos estudantes sobre suas condições legais e a opção de fornecer o conteúdo como fonte de pesquisa.

A P1, inclusive, cita traços de “ouvintização” na CD nos subtópicos “Propagandas” e “Cão ouvinte”. No subtópico “Cão ouvinte”, não identificamos a necessidade de permanência do conteúdo, por isso consideramos retirá-lo da Cartilha. A proposta da propaganda é expor a comunicação em Libras para o surdo, colocando-o num lugar de destaque, de pertencimento no ambiente em que está inserido, levando em conta que os ouvintes podem contribuir para que o diálogo entre ambos se estreite.

Outras sugestões foram apontadas pela P1, como: o acréscimo de atores surdos que ganharam o Oscar, inserimos na seção “Artes no silêncio”, subtópico “Cinema”; alunos surdos nas universidades, profissionais surdos doutores e referências de autores surdos, inserimos na seção “Outras Curiosidades”.

Em relação à acessibilidade, as participantes sinalizaram a importância da disseminação das informações contidas na Cartilha para conhecimento inicial dos discentes. A P1 considera válidas todas as formas de compartilhar conhecimentos; todas as formas de comunicação, apesar de apontar os aplicativos para auxílio da Libras, como um assunto fora da temática da CD, uma vez que muitos surdos criticam sua usabilidade. Acreditamos que a permanência desse tópico auxilie de forma básica os estudantes ouvintes, embora o posicionamento seja na disseminação do uso da língua de sinais.

De acordo com a P2, tornar a Cartilha acessível é garantir aos surdos a possibilidade da disseminação de sua própria cultura, por isso a participante sugeriu a criação de uma versão em Libras, para que os estudantes surdos possam conhecer um pouco mais sobre sua cultura, e assim, disseminá-la a outros colegas surdos, inclusive aos estudantes surdos usuários de Libras, conforme apontou a participante

e a fundamentação desta pesquisa. Consideramos de suma importância essa sugestão, mas não conseguimos desenvolvê-la em tempo hábil, mas acreditamos na possibilidade da concretização da sugestão num momento oportuno.

Concluimos que a participação e a avaliação das tradutoras e intérpretes de Libras, especialistas do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, nos auxiliaram na adequação do material, a partir das sugestões apresentadas, deixando o surdo em maior evidência, pois o protagonismo da Cartilha é do estudante surdo, para que os ouvintes tenham informações iniciais de sua cultura e potencialidade.

A cartilha tem potencial para reprodução a fim de estreitar o diálogo entre os discentes, pois proporciona o conhecimento sobre a cultura surda, na qual a Língua Brasileira de Sinais está inserida. Assim, poderá contribuir para a diminuição da exclusão, uma vez que a CD foi criada para que se possa apresentar uma cultura rica, suas particularidades e diferenças. Dessa forma, ao conhecermos um pouco mais sobre o outro, ficamos mais próximos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um direito garantido que visa favorecer o exercício da autonomia e rompimento de barreiras para o progresso dos estudantes inclusos. Com a proposta da cartilha, pretendemos levar os leitores à reflexão sobre a inclusão e como se pode contribuir para que a escola inclua ao invés de excluir um estudante surdo. Procuramos trazer conhecimentos para que os estudantes vivenciem novas experiências que poderão ser enriquecedoras, pois o acesso a uma cultura distinta é fundamental para compreensão do outro, uma vez que minimiza o estranhamento.

Assim, o ambiente escolar poderá colaborar para a construção de discussões que podem ir além dos muros da escola, com ênfase na formação de um estudante crítico e que possa ser comprometido com as mudanças na sociedade, inclusive na participação no movimento de inclusão dentro da própria instituição de ensino.

Atingimos o objetivo principal de elaborar uma CD para os alunos ouvintes do curso técnico integrado ao Ensino Médio da instituição de ensino em questão, com a compreensão de que a CD “Cultura surda: Curiosidades” é passível de ser aplicada e reaplicada tanto aos estudantes surdos quanto aos estudantes ouvintes, em diferentes contextos e modalidades educacionais. Os resultados da pesquisa em tela revelaram que a CD pode ser considerada uma proposta de inclusão dos estudantes surdos que responde ao problema inicial dessa pesquisa: como favorecer a ampliação do diálogo entre alunos surdos e ouvintes, na tentativa de contribuir para um movimento de inclusão mais amplo, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Como a presença do aluno surdo nas salas de aula é uma realidade, a produção da CD sobre a cultura surda é para todos, pois precisamos ter a compreensão que diferentes culturas estão inseridas dentro do ambiente escolar e que buscamos a integração entre elas. Almejamos que o conteúdo da CD “Cultura Surda: Curiosidades” auxilie tantos os profissionais quanto os alunos a compreenderem sobre a cultura da pessoa surda, pois há muito o que explorar.

Esta pesquisa buscou ser desenvolvida a partir da realidade educacional nos tempos atuais, num contexto inclusivo, em que as diferenças precisam ser apreciadas e reconhecidas de acordo com a singularidade inerente de cada ser, não tornando o

outro excluído, mas compartilhando as diferenças para enriquecimento mútuo, a partir das relações estabelecidas.

Pretendemos que a ótica dos alunos para outras realidades contribua para que percebam as necessidades coletivas, que estejam mais atentos as demandas alheias e não somente a seu próprio bem-estar, para que haja o crescimento individual dos estudantes, para que, possivelmente, tornem-se sujeitos prestativos e generosos, com atitudes que reverberem em sua vida pessoal com um olhar mais colaborativo, pois a convivência entre as diferenças favorece as relações interpessoais, favorece o respeito, permite que os estudantes percebam no outro suas distinções comunicacionais, para que se complementem com as suas diferenças, com espaço para empatia e respeito quanto às especificidades de cada um.

Deixo minha crítica quanto aos estabelecimentos de ensino. Em sua maioria, as escolas ainda apresentam um discurso sobre educação especial que tem sido replicado ao longo dos anos, ao reforçarem que sujeitos com diferentes especificidades sejam tratados como iguais. Este é um equívoco da própria escola. O posicionamento da comunidade surda em favor de escolas bilíngues e contra os discursos segregacionistas leva-nos a refletir sobre as diversas patologias agrupadas no mesmo espaço, que aponta para um discurso de necessidades iguais, enquanto não são. Rever esses conceitos são primordiais no campo da educação, para que as relações sejam estabelecidas de maneira respeitosa.

Ao se tratar da educação de surdos, a escola, de modo geral, precisa dar passos mais largos para atingir a modalidade de educação bilíngue. Na educação bilíngue, o professor surdo é um modelo, principalmente para os estudantes das séries iniciais, pois, para um aluno que não sabe a língua de sinais, o trabalho do tradutor e intérprete será sem propósito, apesar do intérprete exercer um papel fundamental na interlocução de surdos e ouvintes.

A lei regulamentou a educação bilíngue para surdos, mas há uma defasagem nas ações, tanto nas questões estruturais quanto na formação de profissionais bilíngues. A legislação está em vigor, então, faz-se necessário a efetivação de políticas públicas para que os estudantes surdos sejam atendidos.

Ademais, esperamos que a CD “Cultura Surda: Curiosidades” possa ser amplamente utilizada e contribua para ampliação dos debates institucionais sobre a disseminação da cultura surda dentro do ambiente escolar, auxiliando, assim, o

fortalecimento da identidade surda e o sentimento de pertencimento dos estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba/PR, 2011. p. 329 – 341. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 04 de mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

Bezerra, G. F. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, 2020. v.26, n.4, p.673-688. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP. **Declaração de Salamanca - sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 24 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 16 de jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF, 1º set. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 04/2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Diário Oficial da União, 14 de julho de 2010, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasil: MEC/SEESP, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 25 de jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 06 de jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, 03 de ago. 2021.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora: UFPR, 2014.

CASTRO JÚNIOR, Glaucio de. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: ALMEIDA, W. G. (org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus: Ed. Editus, 2015. p. 11-26.

ClAVATTA, Maria. **O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que lutamos?**. VII Seminário sobre Trabalho e Educação: Belo Horizonte, 2014. v. 23, n. 1, p. 187 - 205. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 25 de nov. 2019.

Da Matta, Roberto. **Você tem cultura?** Jornal da Embratel, RJ, 1981. Disponível em: [Microsoft Word - Da Matta - Voce tem cultura2006.doc \(usp.br\)](#). Acesso em 18 de jul. de 2021.

GESSER, A. **Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 2008. p. 223 - 239. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/xPmKcHgknZXts56qp6h6mLL/?lang=pt>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 1995, v. 35, n.3, p. 20-29.

HALL, Stuart. **Cultura e representação/Stuart Hall**. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio: Apicuri, 2016.

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Resolução nº 55, de 17 de dezembro de 2014. Aprova o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2014/res.55_-_regulamento_do_napne.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2022.

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Apresentação**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/duque-de-caxias/apresentacao>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES, Campinas, 1998. v. 19, n. 46, p. 68 - 80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>. Acesso em: 27 de mai. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015. Não paginado.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, D. H. **Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?** Educ. Pesqui., São Paulo, 2013. v. 39, n. 3, p. 705–720. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxYTnwWvnGfdkztG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

PEREIRA, M. K. **A relação entre docente e intérprete de Libras para a inclusão de estudantes surdos na Educação Profissional e Tecnológica**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) / RS, 2020. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br)

PERLIN, G. T. T. Identidade Surda. In Skliar, C. (org.). **A Surdez: um Olhar Sobre as Diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 51- 72.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. A linguística e a língua de sinais brasileira. In: _____. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2007. p.15 - 46.

QUADROS, R. M. de. **Língua de herança: língua brasileira de sinais**. Porto Alegre: Penso, 2017.

RAMOS, M. N. **História e Política de Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. Coleção Formação Pedagógica, v. 5, 2014.

RIZZATTI I. M et al. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores**. Actio: Docência em Ciências, v.5, n.2, p. 1-17. Curitiba-PR, mai./ago., 2020.

ROCHA, S. M. da. **Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos**. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2018.

RODRIGUES, R. P.; SUAMMY, P. R. L. C.; SARETTO. T. M. **A Importância da Aula Experimental No Processo de Ensino-Aprendizagem Para Alunos Surdos: Um Relato de Experiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento 9.5 (2020): E65953068. Teia.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educação & Sociedade, 2005. v. 26, p. 565-582.

SANTOS JUNIOR, M. L. **Inclusão na EPT: Conhecer mundos por trás do silêncio**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) / SE, 2020. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br).

SOUZA, K. B. de. **Inclusão de Surdos na Educação Profissional e Tecnológica por meio de vídeo instrucional**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) / SP, 2021. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://capes.gov.br).

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. **Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva**. Ciência e Educação: Bauru, 2017. v. 23, n. 4, p. 1055-1076. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132017000401055&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 de dez. 2019.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado (a) Especialista,

Sou mestranda do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Mesquita, e estou realizando uma pesquisa sob a orientação da Profa. Dra. Alda Maria Coimbra Aguilár Maciel, intitulada **“INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA COLABORAÇÃO PARA AMPLIAR O DIÁLOGO ENTRE SURDOS E OUVINTES”**.

Esta pesquisa tem como objetivo promover o conhecimento da cultura surda e a disseminação da Língua Brasileira de Sinais para os discentes ouvintes com vistas à redução da barreira comunicacional entre estudantes surdos e ouvintes. O desenvolvimento desse estudo originou a construção de um produto educacional no formato de Cartilha Digital que tem como título “Cultura Surda: Curiosidades”.

Para validar o produto educacional gostaria de contar com seus conhecimentos para responder a esse questionário. Suas respostas serão usadas para informar sobre a pertinência da CD e para formatar a versão final do produto. As perguntas do questionário serão divididas em duas partes. A primeira parte tem perguntas sobre o seu perfil acadêmico e profissional e a segunda parte contém perguntas sobre o produto educacional.

Esclareço que seu nome não será identificado e que sua participação é espontânea, o que torna sua desistência possível e aceitável, em qualquer momento do andamento da pesquisa, se assim for de sua vontade.

Desde já agradeço sua disponibilidade e colaboração.

Pesquisadora: Albertina Campos Pinho Faria.

PARTE 1: PERFIL DO (A) PARTICIPANTE

Nome (opcional): _____

Tempo de trabalho no IFRJ: _____

E-mail: _____

1. Qual é o seu grau acadêmico de formação?

- Graduação
- Pós-graduação lato sensu
- Pós-graduação stricto sensu (Mestrado)
- Pós-graduação stricto sensu (Doutorado)
- Pós-doutorado

2. Qual é a sua função/cargo na Instituição?

3. Em qual (quais) cursos você tem atuado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica?

- Técnico Integrado ao Ensino Médio
- Técnico Integrado ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio
- Graduação
- Pós-graduação

4. Quais práticas são frequentemente usadas para inclusão de surdos na instituição de ensino em que trabalha?

5. Como ocorre a comunicação entre os estudantes surdos e ouvintes em seu local de trabalho?

PARTE 2: AVALIAÇÃO DA CARTILHA DIGITAL “CULTURA SURDA: CURIOSIDADES”

1. De que maneira o conteúdo apresentado na cartilha “Cultura Surda: Curiosidades” pode contribuir para o conhecimento sobre a cultura surda?

2. Quanto à aplicabilidade, a cartilha tem potencial para ser incluída no planejamento das ações pedagógicas do IFRJ? Comente sua resposta.

Sim Não Parcialmente

3. O design e o conteúdo da cartilha “Cultura Surda: Curiosidades” parecem interessantes para os estudantes do IFRJ? Comente sua resposta.

4. Como as informações referentes à cultura surda disponibilizadas na cartilha podem contribuir para o processo de inclusão dos estudantes surdos?

5. Quais tópicos foram mais pertinentes na cartilha “Cultura Surda: Curiosidades”? Marque uma ou mais respostas.

PENSE NA INCLUSÃO

CONVERSA SOBRE CULTURA SURDA

CURIOSIDADES HISTÓRICAS

ARTES NO SILÊNCIO

ARTEFATOS TECNOLÓGICOS

O QUE É A LÍNGUA DE SINAIS?

DOCUMENTOS LEGAIS IMPORTANTES

ENTIDADES QUE DEFENDEM OS DIREITOS DOS SURDOS

DICAS BÁSICAS

() DATAS IMPORTANTES

() OUTRAS CURIOSIDADES

6. Você acrescentaria algum outro tema/assunto à cartilha?

7. Faça comentários e/ou sugestões livres.

Agradecemos sua contribuição!

APÊNDICE B - CARTILHA DIGITAL “CULTURA SURDA: CURIOSIDADES”

Neste apêndice o link de acesso à Cartilha para o formato apresentação:

- Formato apresentação:

https://www.canva.com/design/DAE-fIOGnww/PsAl4tZHL64oBOBt56y6nQ/view?utm_content=DAE-fIOGnww&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink





CARTILHA DIGITAL CULTURA SURDA: CURIOSIDADES

Esta cartilha foi criada a partir da dissertação intitulada: "Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: Uma colaboração para ampliar o diálogo entre surdos e ouvintes", realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - Campus Mesquita, sob orientação da Prof^a. Dra. Alda Maria Coimbra Aguiar Maciel.

Mesquita, 2022.

sumário

1. APRESENTAÇÃO
 2. CONVERSA SOBRE CULTURA SURDA
 3. CURIOSIDADES HISTÓRICAS
 4. ARTES NO SILÊNCIO
 5. ARTEFATOS TECNOLÓGICOS
 6. O QUE É A LÍNGUA DE SINAIS?
 7. DOCUMENTOS LEGAIS IMPORTANTES
 8. DICAS BÁSICAS
 9. DATAS IMPORTANTES
 10. OUTRAS CURIOSIDADES
- CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Esta Cartilha Digital, intitulada "Cultura Surda: Curiosidades", é um produto educacional elaborado a partir de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e foi produzida para que possamos compartilhar informações sobre a cultura surda. Assim, você poderá descobrir novos conhecimentos de forma criativa e autônoma.

O emprego do vocábulo "Curiosidades" pretende significar informações novas que trazem dados que, por vezes, são desconhecidos do público em geral.

Com isso, a Cartilha Digital está organizada de forma que você reflita e compreenda sobre a cultura dos surdos com: fontes históricas, atualidades, artes, tecnologias e a Língua Brasileira de Sinais.

Nesta leitura, você conhecerá os personagens Nati e Xam, nossos ouvintes curiosos, que descobrirão com você algumas informações sobre a cultura surda! Vamos lá?

Nati e Xam são os ouvintes curiosos que estarão com vocês nessa leitura. Espero que descubram muitas coisas juntos/as!

Olá, pessoal! Sou a Nati!
Eu e meu amigo Xam estamos aqui
para, junto com vocês,
descobrirmos muitas curiosidades
sobre a cultura surda.
Está pronto, Xam?

Estou pronto, Nati!
E vocês?
Vamos começar nossa
leitura!



2. CONVERSA SOBRE A CULTURA SURDA

Precisamos pensar nas relações sociais e humanas e como todos os grupos podem ser representados, refletir sobre padrões engessados sobre a surdez que nos foram passados ou ouvimos falar. Hoje, temos que fazer essa desconstrução dando lugar a apreciação das diferenças e respeitando a multiplicidade cultural.

Nem toda pessoa surda fará parte da cultura surda e nem todo surdo utilizará a língua de sinais para se comunicar. Além disso, nem todo surdo terá a Libras como sua primeira língua.

Aqui, a proposta não é trazer uma definição sobre cultura surda, mas apresentar os diversos elementos que podem representar esta cultura. Apresentar algumas das características desta comunidade, o que a identifica, sem estereótipos.

Vocês sabiam, que a cultura surda pode ser identificada a partir de diversos elementos?

Como por exemplo: as artes, os teatros com expressão visual e corporal, os artefatos tecnológicos e a língua de sinais.
Abordaremos sobre esses elementos ao longo de nossa cartilha. Mas, antes disso, a pergunta é: Há uma identidade surda? ...Veremos a seguir.

2.1 IDENTIDADE SURDA

Perlin (1998) diz que há múltiplas identidades surdas:

- Identidades surdas / identidade política surda - são os considerados filhos surdos de pais surdos que admitem que são surdos e utilizam a língua de sinais como forma de expressão. Defendem a cultura surda e a surdez como uma diferença e não como deficiência.
- Identidades surdas híbridas - a pessoa nasce ouvinte e no decorrer de sua vida se torna surda, dependendo da idade em que ficaram surdas, conhecem o português falado, mas deixam de utilizar a língua oral e passam a utilizar somente a língua de sinais. Ela é conhecida como pessoa com identidade surda.
- Identidades surdas de transição - são os surdos com pais ouvintes que viveram uma parte de suas vidas sem contato com a identidade surda.
- Identidades surdas flutuantes - os surdos não se identificam como surdos e apresentam resistência à cultura surda e à língua de sinais.

E vocês, sabiam que os surdos podem ter filhos ouvintes?

Estes serão chamados de **CODAS**, esta é uma sigla proveniente do inglês Children of Deaf Adults, que significa "filhos de pais surdos".

2.2 DEFICIENTE AUDITIVO OU SURDO?

O termo deficiente auditivo se refere a algo que deve ser curado. Os surdos têm reivindicado que esta terminologia seja evitada.

O termo surdo se refere a condição cultural de uma pessoa surda e sua utilização fortalece o respeito à cultura surda (STROBEL, 2008).

Como eu devo chamar?
Será que esses termos
são diferentes?
Vamos descobrir!



Vocês sabiam?

Muitos outros termos são utilizados para se referir a pessoa surda, como: surdo-mudo, surdinho, mudinho, mudo, entre outros. Agora que você já sabe que o termo surdo não é uma ofensa, não deixe de compartilhar esta informação!

3. CURIOSIDADES HISTÓRICAS

3.1 UMA VIAGEM NO TEMPO

Aqui vamos fazer uma viagem no tempo e trazer alguns marcos importantes da história dos surdos. Vejam:

No Antigo Egito, os surdos eram adorados. Os consideravam mediadores entre os deuses e os faraós.

Em Roma, na idade antiga, confundiam os surdos com deficientes mentais e os privavam de direitos legais, como exemplo, fazer um testamento.

Na Idade Média, a igreja católica perseguia os surdos, dizendo que suas almas não podiam ser imortais, já que eles não eram capazes de confessar oralmente seus sacramentos.

Até o século 12, os surdos eram proibidos de casar e também eram assassinados por suas famílias.

No século 18, Charles Michel De L'Épée, um religioso de alto escalão, foi o primeiro educador a reconhecer que os surdos têm uma língua própria; então, a língua de sinais ganhou força e, em 1760, foi criado o 1º Instituto de Educação de Surdos no mundo, o atual Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris.

No Brasil, em 1856, foi inaugurado o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, localizado no Rio de Janeiro.




Fonte: [A VIDA EM LIBRAS - HISTÓRIA DO SURDO \(TV INES\) - YouTube](#)

3.2 O INES


A criação do Collégio Nacional para Surdos-Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos, foi uma iniciativa de Ernest Huet, um surdo francês, que veio ao Brasil em 1855. Ele apresentou uma proposta de escola para surdos ao Imperador Dom Pedro II. Os sinais eram utilizados para educação das crianças e adolescentes surdos e têm sido referência até os dias atuais para formação de pessoas surdas.



Fonte: Biblioteca Nacional - Acervo Digital

Para mais informações sobre esta instituição, acesse:
 [Conheça o INES — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/ines)

Há muitos outros dados históricos no site, clique nos links abaixo e você encontrará 3 exemplares comemorativos sobre a trajetória do instituto:

-  [INES 140 ANOS](http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/486/1/INES_140_anos.pdf)
http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/486/1/INES_140_anos.pdf
-  [INES 150 ANOS](http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/721/1/O%20INES%20e%20a%20Edu%20de%20Surdos_150_anos.pdf)
http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/721/1/O%20INES%20e%20a%20Edu%20de%20Surdos_150_anos.pdf
-  [INES 160 ANOS](http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/608/1/INES_160_anos.mp4)
http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/608/1/INES_160_anos.mp4

Quanta coisa eu não sabia,
 pessoall!!!
 Espero continuar aprendendo
 muito mais e vocês?



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

4. ARTES NO SILÊNCIO

Em artes no silêncio apresentaremos diversas formas de fazer arte com pessoas surdas. Não há limitações para que as pessoas se desenvolvam e se expressem...vamos lá?

Nossa! Estou curioso para para descobrir o que os surdos podem fazer nas artes!



4.1 POESIA

Não há regras para se expressar, seja com som ou em silêncio, o importante é dar voz e vez as pessoas.

A poesia pode ser falada ou visual-motora e é essa diversidade cultural que nos enriquece.

Deixamos um hiperlink para que você acesse a poesia feita em Libras e descubra a beleza dessa língua.

Poema: "Voz".



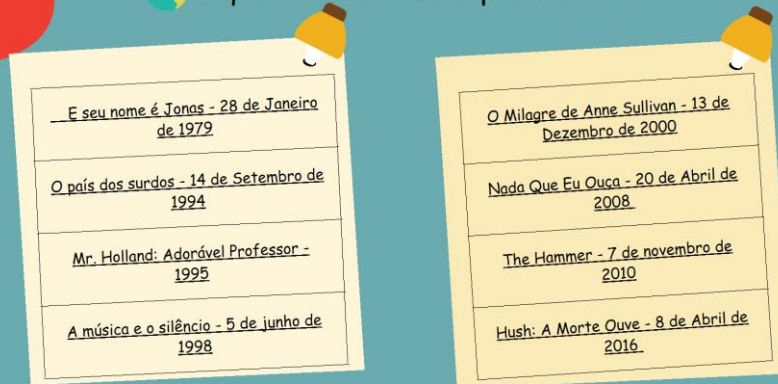
<https://youtu.be/dl-s8rzmJqQ>



4.2 CINEMA

O cinema também tem sido palco para manifestação da cultura surda com: filmes de longa e curta metragem; e propagandas. Algumas indicações para você apreciar e se encantar com esse universo cultural.

 Clique no nome do filme para assistir:



Há tantas atrizes e atores talentosos, destacamos a atriz Marlee Matlin. A única mulher surda a ganhar o Oscar, no filme "Filhos do silêncio", em 1986. Clique no filme e leia a sinopse:




Nesse universo cinematográfico, destacamos dois filmes que recentemente ganharam prêmios no Oscar:




Em 2021, o filme "O som do silêncio" ganhou duas premiações. Esse longa retrata a comunicação em língua de sinais, levantando uma série de questões.

Mas nada de spoiler, né?

 [Clique aqui e assista o trailer.](#)

Em 2022, o filme "No ritmo do coração", que em inglês se chama "CODA" - Children of Deaf Adult, levou o prêmio de melhor filme e melhor ator coadjuvante. Isso mesmo! O ator Troy Kotsur foi o primeiro homem surdo a ganhar uma estatueta do Oscar.

 [Acesse o trailer do filme e se encante com essa história!](#)



Vejam esse curta metragem nacional "Crisálida", com duas versões de acessibilidade: janela de intérprete e legenda.

 Clique e assista.

Use o QR code para ter acesso à sinopse e ao cartaz do filme.



"Crisálida" se transformou numa série em 2019 e está na Plataforma Netflix, com 4 episódios em sua 1ª temporada. É uma coletânea de histórias emocionantes que retratam os desafios diários da pessoa surda.


Para assistirem outras produções de curta metragem e animações, deixamos um hiperlink:

 <https://culturasurda.net/curtas-animacoes/>

4.3 ANIMAÇÃO INFANTIL

Ah! Mas antes de irmos para outro assunto, não podemos deixar de comentar sobre a primeira animação em Língua Brasileira de Sinais criada para o público infantil. É bem legal ver a inclusão desde cedo, né?

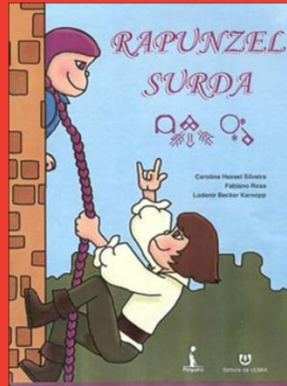


 Min e as mãozinhas

Lançado no canal do YouTube em 2018.

4.4 LITERATURA INFANTIL

Alguns contos infantis foram adaptados para as crianças surdas e vale muito a pena você conferir como ficou. Vejam dois clássicos da literatura infantil com a sinopse adaptada.

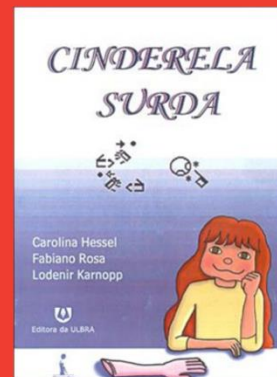


Sinopse: Quando a Rapunzel foi raptada pela bruxa, ela percebeu que a menina não falava, mas tinha uma grande atenção visual. Rapunzel começou a apontar para o que queria e a fazer gestos para muitas coisas. A bruxa então descobriu que a menina era surda e começou a usar alguns gestos com ela.

Sinopse: A cinderela e o príncipe são surdos. No lugar do sapato de cristal, a personagem principal perde uma das luvas. A escolha da luva se dá em virtude desta peça ser uma referência às mãos, amplamente utilizadas pelos surdos do mundo inteiro para se comunicar.



Há também literatura infantil contada em Libras, acesse o QR code abaixo para que você possa assistir.



Para assistir outras histórias infantis, acesse:

 [Contação de histórias - Cultura Surda](#)

4.5 PROPAGANDAS

Quem não lembra da propaganda de natal da Loja Renner? A criança ouvinte querendo aprender um pouco de Libras para se comunicar com a nova vizinha surda. Fofa demais, né? Se você ainda não viu, o link está abaixo para que você possa assistir a essa e outras propagandas.

<https://culturasurda.net/propagandas/>

Muito bom ver a Libras sendo divulgada!



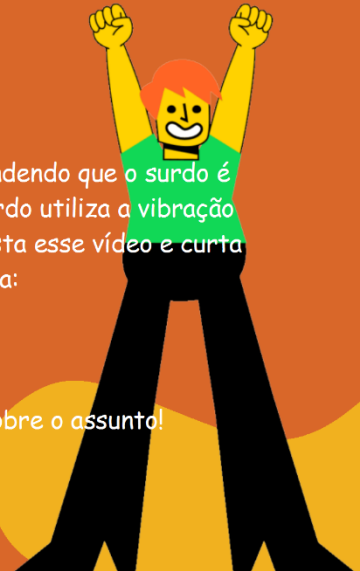
4.6 DANÇA

E na dança, tem lugar para o surdo?

Se sua resposta foi sim, significa que você está compreendendo que o surdo é capaz de desenvolver diversas habilidades. Para dançar, o surdo utiliza a vibração para movimentar seu corpo e desenvolver a coreografia. Assista esse vídeo e curta mais uma curiosidade sobre a cultura surda:

<https://youtu.be/2ITZhTQ2Jjk>

Gostou do vídeo acima? Não deixe de pesquisar mais sobre o assunto!





5 ARTEFATOS TECNOLÓGICOS

A tecnologia acessível para os surdos ajuda a melhorar a qualidade de vida da pessoa surda e é essencial para que eles sejam independentes. A seguir, listamos algumas delas:

Campainhas luminosas.
Despertadores com vibração.
Babá eletrônica que vibra quando o bebê chora.
Janela com intérprete em alguns programas de televisão, principalmente, nas propagandas políticas.
Closed Caption (CC) do controle remoto, para legenda de notícias, filmes, novelas e outros programas em qualquer canal de televisão.
Chamadas de vídeo conferência no smartphone, seja via Skype, Whatsapp, Facebook, Instagram, pois desta forma o surdo pode sinalizar.

Vocês sabiam, que o surdo pode utilizar esses artefatos tecnológicos?

Mas é curioso lembrar que a maioria dos filmes nacionais não têm legenda e nem janela de intérprete, o que torna o cinema brasileiro inacessível aos surdos do próprio país.



5.1 Aplicativos para smartphones

Veja alguns aplicativos que podem auxiliar na comunicação entre os surdos e ouvintes:



Fonte: Da autora

ADELIBRAS - é um jogo inspirado na brincadeira "Adedonha", dividido em dois temas: "Introdução à Libras" e "Biologia em Libras".



Fonte: Da autora

HAND TALK - possibilita a tradução de texto e voz do português para a Libras e do inglês para Língua Americana de Sinais (ASL), com o auxílio do avatar Maya. Este app foi premiado mundialmente em 2019.



Fonte: Da autora

RYBENÁ - traduz textos do português para Libras e voz.



Fonte: Da autora

SENAI LIBRAS - glossário em Libras de termos técnicos industriais.



Fonte: Da autora

TV INES - apresenta uma programação acessível em Libras.

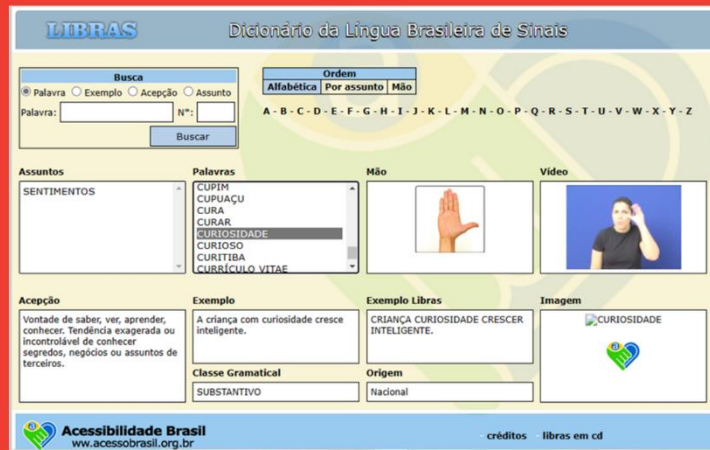


Fonte: Da autora

VLIBRAS - além de fazer tradução para Libras, este app possibilita a tradução em padrão nacional ou por estado, o que facilita na tradução de termos específicos utilizados em cada região do país.

Destacamos três exemplos de dicionários em Libras:

1- Dicionário da Língua Brasileira de Sinais




Fonte: Dicionário Libras (ines.gov.br)

2- Dicionário de Libras SP: este é um aplicativo para Android e pode ser encontrado no Play Store.



Fonte: Da autora

3- Dicionário de informática em Libras, apresentado em vídeo.

 [Informática em LIBRAS - YouTube](#)

Esses 3 tipos de dicionários em Libras são interessantes para auxiliar na aprendizagem de alguns sinais. Não deixem de conferir!

6 O QUE É A LÍNGUA DE SINAIS?

Gesser (2009) destaca alguns aspectos importantes sobre a língua de sinais:

- é natural;
- tem gramática e estrutura própria;
- é autônoma;
- não é mímica;
- não é a Libras em português sinalizado;
- não é o alfabeto manual.

Os dois últimos pontos serão exemplificados a seguir:



Nati, eu achava que a Libras era o português sinalizado. Achava que cada palavra em português deveria ser sinalizada em Libras.

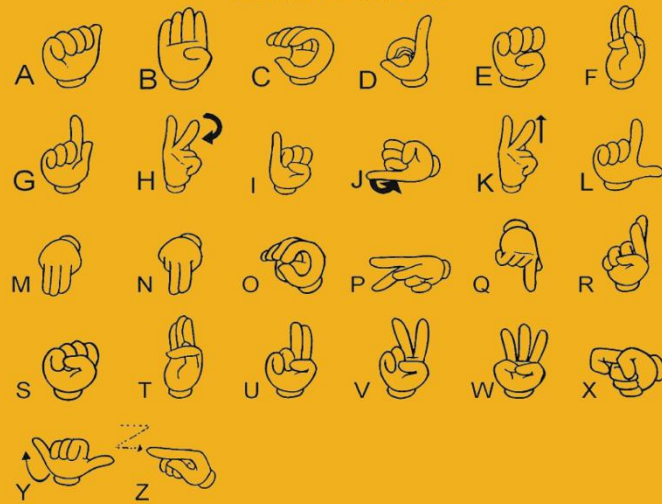


Xam, eu também, mas entendi que isto não é verdade, porque a Libras tem estrutura gramatical própria diferente da língua portuguesa.

Muitas pessoas acham que Libras é o português feito com as mãos e que os sinais substituem cada palavra falada, seguindo sempre a mesma estrutura da frase em português. Para saber mais, assista o vídeo em:

 [LIBRAS: COMO NÃO FAZER PORTUGUÊS SINALIZADO?](#)

ALFABETO MANUAL



Mas em que momento se utiliza o alfabeto manual?

Para soletrar algo em que não se sabe o sinal ou que não se tem o sinal, como: siglas, lugares, nomes próprios, entre outros.

Mas imagine se a Libras fosse só o alfabeto manual, a conversa iria ser demorada e cansativa, não acham?

Veja a imagem abaixo! É como se fosse uma soletração das letras. Em Libras, é o que chamamos de "datilologia".



Fonte: Facebook.com/librasvante

6.1 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS



A Libras foi reconhecida como meio de comunicação legal para os surdos com a Lei nº10.436 em 24 de abril de 2002.



Vocês sabiam, que o correto a se dizer é Língua Brasileira de Sinais e não linguagem brasileira de sinais, pois ela é uma língua que possui suas próprias características, composta pelos níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico. Então, não vamos mais falar linguagem brasileira de sinais, tá certo?

Uma informação bem importante, né?

A Libras tem como características principais:

- 1 - A configuração da mão;
- 2 - Ponto ou local de articulação;
- 3 - O movimento;
- 4 - Orientação/direcionalidade;
- 5 - Expressão facial e/ou corporal.

Fonte: Os Cinco Parâmetros da Libras

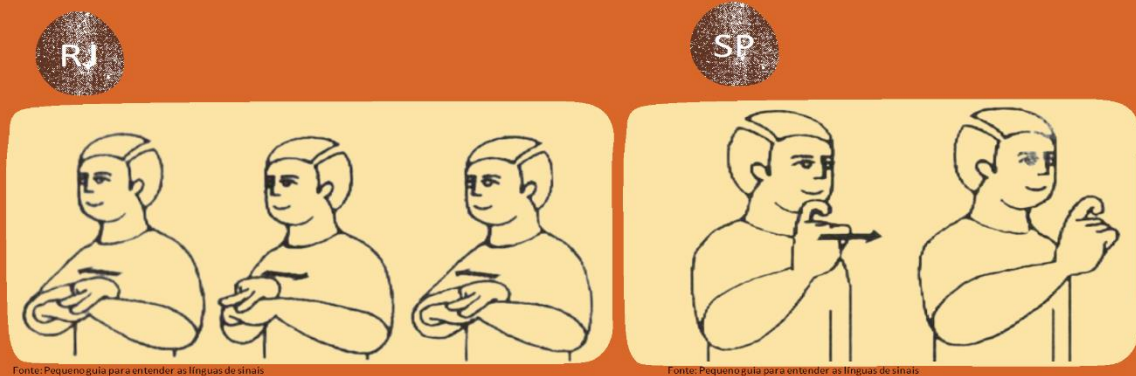


Um dos principais traços característicos desta cultura é a Língua Brasileira de Sinais, que se utiliza da experiência visual-motora, diferenciando-se dos ouvintes que apresentam uma experiência oral-auditiva. Por este motivo é fundamental a disseminação e a luta pelo aprendizado de Libras, para que haja acessibilidade e um relacionamento mais favorável entre surdos e ouvintes. (Gesser, 2009).

Vocês sabiam, que a língua de sinais não é uma língua universal? Cada país tem sua própria língua de sinais. Por exemplo: no Brasil, temos a Língua Brasileira de Sinais - Libras; nos Estados Unidos, a Língua Americana de Sinais; e na França, a Língua Francesa de Sinais. (GESSER, 2009).

No Brasil temos diferentes sotaques na língua oral em diferentes regiões. O mesmo acontece com os sinais da Libras que, em diferentes estados, podem sofrer alterações.

Veja, no exemplo abaixo, o sinal "verde".



Fonte: Pequeno guia para entender as línguas de sinais

Fonte: Pequeno guia para entender as línguas de sinais

Vocês sabiam?



Que muitas pessoas costumam dizer que as pessoas que utilizam a Libras fazem caretas?

Isso mesmo. Mas não são caretas, na verdade, são essas expressões faciais e corporais que enfatizam o diálogo, tornando mais compreensível para o surdo, pois ele é muito visual. Por isso a importância das expressões da face.

Boa informação, não é mesmo?



7. DOCUMENTOS LEGAIS IMPORTANTES

Agora vamos apresentar alguns documentos importantes que norteiam a inclusão no sistema educacional, e em diferentes espaços sociais, assim como legislações que abrangem a inclusão dos surdos...

- Declaração de Salamanca de 1994, aborda sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.



- Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 - Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.
- Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008 - Institui o Dia Nacional dos Surdos.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.
- Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.
- Lei nº 13.055, de 22 de dezembro de 2014 - Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração.
- Lei nº 13.146, de 06 julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 - Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.



Muito bom saber que há documentos importantes que garantem os direitos dos surdos, não é mesmo?



8. DICAS BÁSICAS



Nessa seção, colocamos algumas dicas para a comunicação com a pessoa surda e dicas para os professores em sala de aula. Tomamos como base experiências profissionais e vivência familiar.



8.1 DICAS PARA SE COMUNICAR COM O SURDO

- 1- Ao conversar com uma pessoa surda evite gritar.
- 2- Se posicione na frente do surdo para conversar.
- 3- Evite interromper a conversa para usar a Libras.
- 4- Se você sabe apenas o alfabeto manual evite dizer que domina a Libras.
- 5- Ao utilizar um toque para chamar o surdo faça de forma suave.
- 6- Quando um surdo estiver sinalizando evite desviar o olhar caso um ouvinte fale com você, pois isso atrapalha a sinalização.
- 7- Em um ambiente fechado, para que o surdo volte a atenção para você, acenda e apague as luzes.

8.2 DICAS PARA O PROFESSOR EM SALA DE AULA



1. Evite falar rápido, pois pode dificultar o trabalho do intérprete. É necessário que ele ouça a mensagem e transmita de forma correta ao aluno.
2. Quando o intérprete estiver sinalizando evite passar na frente dele.
3. Utilize diferentes recursos visuais na sala de aula.
4. Fique atento à relação entre surdos e ouvintes na sala de aula para evitar possíveis conflitos.
5. Planeje atividades em que todos os alunos possam participar. Proponha atividades inclusivas.
6. Procure utilizar vídeos legendados e com janela de intérprete.
7. Evite pedir para o aluno surdo olhar para você quando você estiver explicando a matéria, pois ele precisa ver a tradução do intérprete.
8. Quando o aluno surdo estiver sinalizando olhe para ele e não para o tradutor e intérprete.
9. Mantenha um diálogo constante com o intérprete para troca de ideias sobre o aluno surdo.
10. Converse com a turma sobre a cultura surda.


9. DATAS IMPORTANTES

- 23 de abril - Dia Nacional de Educação de Surdos- data criada para celebrar as lutas e conquistas da escolarização de estudantes surdos.
- 24 de abril - Dia Nacional da Libras- data que comemora o uso e a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais. Esse dia foi escolhido porque é a data da publicação da Lei nº 10.436/02.
- 26 de julho - Dia do Tradutor e Intérprete de Libras- data para homenagear o profissional que faz a intermediação comunicativa entre surdos e ouvintes.



- 10 de setembro - Dia Mundial da Língua de Sinais: A data foi escolhida para lembrar do dia 10 de setembro de 1880, quando em um congresso sobre surdez em Milão, as línguas de sinais no mundo foram proibidas. Essa lembrança visa promover o respeito e a valorização da língua de sinais nos mais diversos países.
- 26 de setembro - Dia Nacional dos Surdos: Celebra as conquistas da Comunidade Surda e a luta pela inclusão dos surdos na sociedade. A data foi oficializada pela Lei nº 11.796/08.
- 30 de setembro - Dia internacional do Surdo: Também foi escolhida para relembrar o Congresso de Milão. É um dia para comemorar as conquistas alcançadas pela Comunidade Surda no mundo inteiro.
- Setembro Azul - é o mês de visibilidade da comunidade surda. Ressalta a história de lutas, conscientização e divulgação da cultura surda.

Deixamos um link abaixo para você saber um pouco mais sobre esse mês cheio de representatividade para os surdos.

 <https://youtu.be/h2ZLb9H-mbc>



10. OUTRAS CURIOSIDADES

Aqui apontamos
outras
informações
sobre a cultura
surda. Vamos lá?

10.1 BATISMO

É comum que uma pessoa ganhe um nome em Libras, o seu sinal, como se fosse um batismo. Somente o surdo pode dar esse sinal. Geralmente, o sinal tem a ver com uma característica física, personalidade ou modo de agir da pessoa.

E você, já tem um sinal?

10.2 SURDOS NA UNIVERSIDADE

Vocês sabiam que seu amigo surdo pode se candidatar às vagas do ENEM em Libras?

Isso mesmo! O agendamento é feito no site do INEP e a prova é feita por meio de vídeo provas.



Cresce o número de estudantes surdos matriculados no Ensino Superior, mas a permanência dos discentes ainda é um desafio.

Você conhece alguma pessoa surda universitária ou com formação universitária?

Vamos refletir sobre isso?



10.3 PESQUISADORAS SURDAS

Apresentamos em destaque duas pesquisadoras surdas que desenvolvem suas pesquisas no campo da cultura surda. São elas:

- [Gladis Perlin](#) - a primeira mulher surda a obter o título de Doutora no Brasil, em 2003.
- [Karin Strobel](#) - Doutora em Educação, autora do livro "As imagens do outro sobre a cultura surda".

Ambas pesquisadoras desenvolvem discussões sobre a cultura surda e foram referências para a produção dessa Cartilha.

Para saber um pouco mais sobre essas autoras e outros pesquisadores que discutem sobre a comunidade surda, siga o link: [Pesquise aqui!](#) 🗣️

Esperamos ter contribuído para aguçar a curiosidade de vocês! Façam muitas outras descobertas e compartilhem com seus colegas!

Chegamos ao final da Cartilha Digital, Xam!
Eu gostei muito das informações e você?



Nossa! Quanta informação importante eu aprendi hoje, Nati!
Vou compartilhar com meus amigos ouvintes e entrar num curso de Libras para me comunicar melhor com meus amigos surdos.





Que legal!
Eu também vou fazer um curso.
Então, nos encontraremos lá.
Foi ótimo ler com vocês!
Até a próxima leitura!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que o conteúdo desta cartilha tenha contribuído para o conhecimento de alguns aspectos da cultura dos surdos: sua história, suas manifestações artísticas, suas lutas e suas conquistas. É importante lembrar que o conhecimento não se esgota com essa cartilha e temos muito mais a aprender e compartilhar com todos os surdos. Desejamos que surdos e ouvintes possam trocar experiências enriquecedoras e que as relações possam se estreitar para diminuir as barreiras comunicacionais.

Compartilhem as informações para ampliar o acesso à uma cultura tão rica.

Nos despedimos aqui e agradecemos à Nati e ao Xam, que embarcaram conosco nessa leitura cheia de curiosidades. Até a próxima!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP. Declaração de Salamanca - sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 24 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao idoso. Brasília, DF, 26 set. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008. Institui o Dia Nacional dos Surdos. Brasília, DF, 29 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF, 1º set. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasil: MEC/SEESP, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.055, de 22 de dezembro de 2014. Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração. Brasília, DF, 22 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 06 de jul. 2015.

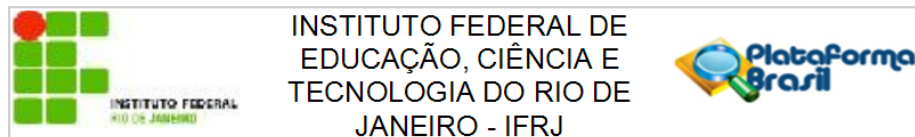
BRASIL. Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 - Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Brasília, DF, 24 set. 2018.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PERLIN, G. T. T. Identidade Surda. In Skliar, C. (org.). A Surdez: um Olhar Sobre as Diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 51- 72.

STROBEL, K. L. Surdos: Vestígios culturais não registrados na história. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

ANEXO 1 – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: Uma colaboração para ampliar o diálogo entre surdos e ouvintes

Pesquisador: ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 36597020.8.0000.5268

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

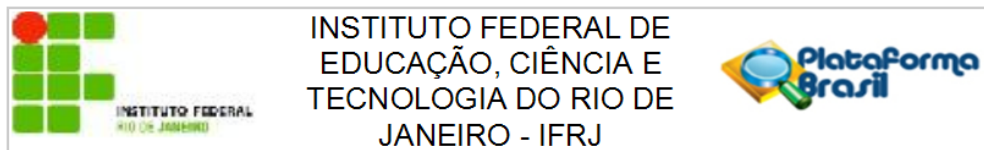
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.865.776

Apresentação do Projeto:

O projeto foi resumido pela pesquisadora responsável como "Este projeto de pesquisa apresenta a temática de Educação Inclusiva, com base em estudos na inclusão de surdos, no contexto educacional brasileiro. Pretende-se contribuir para o estabelecimento de uma comunicação exitosa e, por conseguinte, uma relação mais colaborativa entre estudantes surdos e ouvintes por meio do conhecimento de aspectos da cultura surda, entre eles, a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Trata-se de oferecer um contexto favorável que estimule uma formação ampla e participativa dos discentes e, assim, contribuir para a compreensão da singularidade de cada sujeito. Nesse projeto, será apresentada a proposta de uma Cartilha Digital para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro- IFRJ, Campus Duque de Caxias, que configurará o produto educacional, tendo como base uma abordagem qualitativa com pesquisas bibliográfica e interventiva para este trabalho, a partir de investigação com os estudantes. A inclusão de surdos no sistema educacional do Brasil vai além de uma discussão, sendo inevitável perpassar por questões práticas para que a Educação Inclusiva tenha resultados satisfatórios para todos os pares envolvidos. Assim, a realização dessa pesquisa se torna relevante dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. Considera-se importante tanto a formação dos sujeitos surdos quanto dos ouvintes em todas as suas dimensões para, possivelmente, torná-los cidadãos mais

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, cobertura
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3293-6034 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 4.865.776

partícipes e próximos da cultura um do outro. Porém, tendo como foco desta pesquisa os discentes ouvintes, no sentido de aproximá-los da cultura surda e, por extensão, livre de preconceitos e paradigmas, o que poderia minimizar a exclusão no processo de inclusão."

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário do projeto é contribuir com a disseminação da cultura surda e o uso da Libras para os discentes ouvintes, possibilitando a redução da barreira comunicacional com os estudantes surdos, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, no curso de nível Médio Técnico, no Campus Duque de Caxias – IFRJ.

Os objetivos secundário são:

* Articular a proposta de inclusão dos surdos com o contexto da Educação Profissional e Tecnológica para estreitamento do diálogo entre os discentes, dando margem a uma aprendizagem mais colaborativa entre os estudantes.

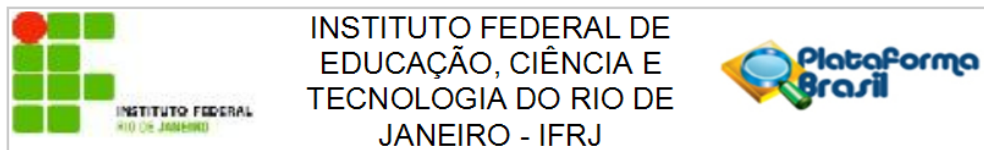
* Investigar aspectos relevantes da cultura surda e da Língua Brasileira de Sinais para aplicação aos discentes do IFRJ - Campus Duque de Caxias, no curso de nível Médio Técnico.

* Elaborar uma Cartilha Digital, para alunos ouvintes do curso de nível Médio Técnico, no IFRJ - Campus Duque de Caxias, proporcionando o conhecimento sobre a cultura surda, na qual a Língua Brasileira de Sinais está inserida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Tendo em vista que os riscos são inevitáveis, segue um levantamento dos possíveis riscos e as medidas que serão tomadas para minimizá-los. 1- Invasão de privacidade- todos os participantes serão esclarecidos que poderão optar por não responder às perguntas, pela não participação na pesquisa, isto é, pela desistência, caso alguma situação contribua para seu desconforto. 2-Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado- haverá proteção da imagem dos participantes e a estigmatização será totalmente banida. Para tal, não serão utilizadas informações que discriminem ou estigmatizem os participantes. Ademais, na elaboração do questionário será considerado o nível de compreensão dos sujeitos da pesquisa para que sua leitura seja de fácil entendimento. 3-Tomada de tempo do sujeito ao responder ao questionário e na aplicação da Cartilha Digital- como o questionário e a Cartilha estarão disponíveis em uma plataforma on-line, os pesquisados poderão escolher um momento de sua rotina diária no qual tenham disponibilidade para responder ao questionário e fazer a leitura da Cartilha com tranquilidade. 4-Identificação dos participantes e da instituição- todos os participantes serão

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, cobertura	
Bairro: Centro	CEP: 20.061-002
UF: RJ	Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3293-6034	E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 4.865.776

esclarecidos sobre: i) a confidencialidade das informações pessoais e da instituição; ii) a preservação do anonimato; e iii) a participação facultativa. 5-Constrangimento por falta de acesso à internet para responder aos questionários e a leitura da Cartilha Digital- os participantes da pesquisa serão informados que: i) a qualquer momento poderão desistir da participação da pesquisa; e ii) sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora e nem com qualquer setor da instituição de ensino envolvida.

Benefícios: O benefício dessa pesquisa é contribuir com o meio acadêmico, a fim de promover a ampliação do diálogo entre estudantes surdos e ouvintes dentro do espaço escolar, assim beneficiando as relações sociais dos sujeitos da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A documentação atual trata-se de uma emenda ao projeto original previamente aprovado sob o número de parecer 4.359.383 da pesquisadora responsável com o intuito de elaboração da dissertação do Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. A emenda esclareceu a modificação de alguns aspectos metodológicos do projeto original, incluindo a população do estudo [profissionais do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFRJ, Campus Duque de Caxias ao invés de discentes do próprio campus] visando a validação de conteúdo do produto educacional proposto na pesquisa que é uma Cartilha Digital.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Recomendações:

Enviar os relatórios parciais a cada seis (6) meses

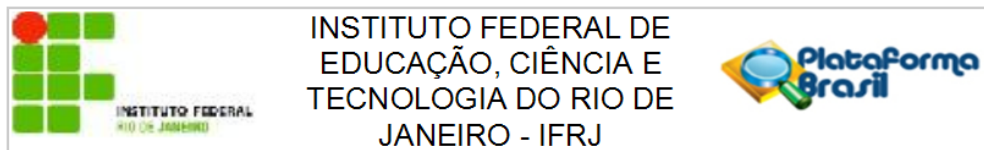
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa esta consoante aos princípios de respeito ao participante, ponderação de riscos e benefícios, garantia de danos previsíveis, relevância social, e utiliza métodos científicos adequados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFRJ, em reunião realizada 19.07.2021, em concordância com a Resolução CNS 466/12 ou a Resolução 510/16, APROVA o projeto de pesquisa proposto. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, cobertura	
Bairro: Centro	CEP: 20.061-002
UF: RJ	Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3293-6034	E-mail: cep@ifrj.edu.br



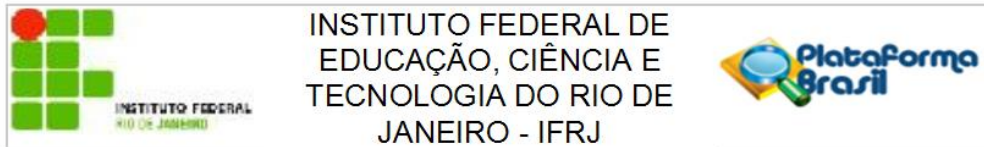
Continuação do Parecer: 4.865.776

Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que seja devidamente apreciadas no CEP, conforma Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1764383_E1.pdf	28/05/2021 12:36:54		Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_inserir_resultados.pdf	28/05/2021 12:35:41	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Outros	EMENDA_CEP.pdf	28/05/2021 12:30:45	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMACEP.pdf	28/05/2021 12:27:54	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	28/05/2021 04:34:11	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_NOVO.pdf	28/05/2021 04:22:14	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.doc	18/09/2020 02:55:39	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_datado_assinado.pdf	12/08/2020 21:04:00	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_carimbado_assinado.pdf	12/08/2020 21:03:03	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_de_pesquisaCEP.pdf	12/08/2020 21:01:08	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	12/08/2020 20:57:51	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito
Outros	Curriculo_da_Pesquisadora.pdf	10/08/2020 21:30:49	ALBERTINA CAMPOS PINHO FARIA	Aceito

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, cobertura
 Bairro: Centro CEP: 20.061-002
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)3293-6034 E-mail: cep@ifrj.edu.br



Continuação do Parecer: 4.865.776

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 26 de Julho de 2021

Assinado por:
Angela M Bittencourt
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Buenos Aires, 256, cobertura
Bairro: Centro **CEP:** 20.061-002
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3293-6034 **E-mail:** cep@ifrj.edu.br

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(De acordo com as Normas das Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: Uma colaboração para ampliar o diálogo entre surdos e ouvintes.” Você foi um(a) dos (as) profissionais do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) selecionado para participar dessa pesquisa, por meio de suas respostas ao instrumento de coleta de dados: questionário on-line, que será analisado para auxiliar na avaliação dos resultados desse estudo e contribuirá para a validação da aplicabilidade do produto educacional proveniente dessa pesquisa, intitulado “Cultura Surda: Curiosidades”, por meio de uma Cartilha Digital, no qual envolverá o conhecimento de elementos que compõem a cultura surda, em especial, a Língua Brasileira de Sinais e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora e nem com qualquer setor desta Instituição. O objetivo deste estudo é promover o conhecimento da cultura surda e a disseminação da Língua Brasileira de Sinais para os discentes ouvintes, para possível redução da barreira comunicacional com os estudantes surdos, no curso técnico integrado ao ensino médio, no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Tendo em vista que os riscos são inevitáveis, segue um levantamento dos possíveis riscos e as medidas que serão tomadas para minimizá-los. 1-Invasão de privacidade- todos os participantes serão esclarecidos que poderão optar por não responder às perguntas, pela não participação na pesquisa, isto é, pela desistência, caso alguma situação contribua para seu desconforto. 2-Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado- haverá proteção da imagem dos participantes e a estigmatização será totalmente banida. Para tal, não serão utilizadas informações que discriminem ou estigmatizem os participantes. Ademais, na elaboração do questionário será considerado o nível de compreensão dos sujeitos da pesquisa para que sua leitura seja de fácil entendimento. 3-Tomada de tempo do sujeito ao responder ao questionário e na aplicação da Cartilha Digital- como o questionário e a Cartilha estarão disponíveis em uma plataforma on-line, os pesquisados poderão escolher um momento de sua rotina diária no qual tenham disponibilidade para responder ao questionário e fazer a leitura da Cartilha com tranquilidade. 4-Identificação dos participantes e da instituição- todos os participantes serão esclarecidos sobre: i) a confidencialidade das informações pessoais e da instituição; ii) a preservação do anonimato; e iii) a participação facultativa. 5-Constrangimento por falta de acesso à internet para responder aos questionários e a leitura da Cartilha Digital- os participantes da pesquisa serão informados que: i) a qualquer momento poderão desistir da participação da pesquisa; e ii) sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com a pesquisadora e nem com qualquer setor da instituição de ensino envolvida. Sua colaboração é importante para promoção da inclusão de surdos no âmbito escolar. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar a sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Você tem direito de conhecer e acompanhar os resultados dessa pesquisa. O benefício dessa pesquisa é contribuir com o meio acadêmico, a fim de promover a ampliação do diálogo entre estudantes surdos e ouvintes dentro do espaço escolar, assim beneficiando as relações sociais dos sujeitos da pesquisa. Participar desta pesquisa **não** implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação. Você será ressarcido de qualquer custo que tiver relativo à pesquisa e será indenizado por danos eventuais decorrentes da sua participação na pesquisa. Você receberá uma via deste termo com o e-mail de contato da pesquisadora que participará da pesquisa e

do Comitê de Ética em Pesquisa que a aprovou, para maiores esclarecimentos¹. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rua Buenos Aires, 256, Cobertura, Centro, Rio de Janeiro- telefone 3293-6034 de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas, ou por meio do e-mail: cep@ifrj.edu.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes de qualquer problema. Esse documento possui duas vias, sendo uma sua e a outra do pesquisador responsável.

Assinatura da pesquisadora responsável

Instituição: IFRJ – Campus Duque de Caxias
Nome do pesquisador: Albertina Campos Pinho Faria
Tel: 21 984354515
E-mail: tinaipnv@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa, e os meus direitos como participante da pesquisa e concordo em participar.

Nome do(a) Participante da pesquisa

Data ____/____/____

Assinatura do(a) participante
